

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Psicologia  
Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional

Tanise Kettermann Fick

**VA Z I OS  
DO T R A B A L H O**

Porto Alegre

2016

Tanise Kettermann Fick

Vazios do trabalho

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosane Azevedo Neves da Silva

Porto Alegre

2016

Tanise Kettermann Fick

Vazios do trabalho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional, sob orientação da Professora Doutora Rosane A. Neves da Silva.

Aprovada em 29 de julho de 2016.

**Banca Examinadora**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosane Azevedo Neves da Silva (orientadora)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Analice de Lima Palombini  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Rodrigo Lages e Silva  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof.<sup>a</sup> Pós-Dra. Claudia Elizabeth Abbês Baeta Neves  
Universidade Federal Fluminense

# AGRADECIMENTOS

À Rosane, por tornar possível a realização desta pesquisa.

À Juliane, por me ajudar a ler as entrelinhas.

À Cris, pela atmosfera criada em momentos de escrita.

Ao Diego, pela parceria.

Às professoras Analice e Gislei, pelas contribuições na qualificação do projeto desta pesquisa.

Ao grupo de pesquisa, que ajudou a sustentar esse percurso com discussões e estudos compartilhados.

Aos professores que se disponibilizaram a participaram da banca examinadora.

Ao Renato, pelo que vivemos juntos.

A todos aqueles que me instigaram a construir esta trajetória.

À Ana Flávia, pela aventura de criar outras formas para o vazio.

Agradeço em especial aos possíveis leitores desta escrita, pela disposição para testemunhar um percurso construído sobre vazios.

*O que é um volume portador, mostrador de vazio?*

*Como mostrar um vazio?*

*E como fazer desse ato uma forma – uma forma que nos olha?*

*(DIDI-HUBERMANN - O que vemos, o que nos olha)*

# S U M Á R I O

Resumo.....	8
Abstract.....	9
Entrada.....	11
<i>Alguém</i> .....	13
Considerações para começar.....	16
Em questão, o vazio.....	18
Em meio a uma incipiente interrogação.....	22
Anotações sobre o método.....	25
Desvios.....	31
A ponte.....	33
Pe(r)didos.....	34
De onde isso vem?.....	37
Deslocamento.....	40
O papel do Estado no mundo do trabalho.....	42
Proposta de intervenção: primeiros traços.....	44
Montagem do dispositivo.....	46
Capturas.....	49
Passo em falso.....	52
Impasses.....	55
Des-esperar.....	58
A serviço de quem?.....	60
<i>Nas Conversas com os Trabalhadores</i> .....	62
Sinais de esgotamento.....	67
O movimento.....	69

Onde a pesquisa aconteceu.....	71
Ainda.....	74
Saída.....	76
Referências.....	79

# R E S U M O

Esta dissertação é o testemunho de um percurso. Através da criação de um personagem, *alguém*, busca-se tocar em um tema que não tem contorno definido, trata-se mais de uma atmosfera, um *felt-meaning*. O vazio de sentido vivenciado no cotidiano de trabalho se abre em imagens/cenas que, ao serem narradas na forma escrita, transformam o vazio em experiência. A operação de narrar e de escrever a partir dos diferentes modos como o vazio se faz presente foi, simultaneamente, o método e o território onde a pesquisa aconteceu.

Palavras-chave: trabalho; experiência; escrita.

# A B S T R A C T

This paper is the testimony of a path. Through the creation of a character, *someone*, it seeks to touch on a topic that has no definite boundary, it is more about of an atmosphere, a *felt-meaning*. The emptiness of meaning experienced in the daily work opens in images/scenes that, when recounted in the written form, transform the emptiness into experience. The operation of narrating and writing from the different ways in which the emptiness itself becomes present was, at the same time, the method and the territory where the research took place.

Key-words: work; experience; writing.



# ENT R A DA

Estava determinado antes da chegada de *alguém*, da história que trazia, de um desejo qualquer que pudesse existir. Dentre tantas possibilidades, caiu ali. Um lance de dados. Disseram que trabalharia no quinto andar do prédio em que estava e poderia se apresentar ao setor de recursos humanos assim que a entrevista terminasse. *Alguém* desceu pela escada, tomando coragem. No quinto andar, estava escuro. Havia um corredor largo com janelas e uma parede feita de material de repartição que imitava madeira. Viu uma porta e decidiu olhar. Uma garota estava sentada à mesa da recepção e lia um texto fotocopiado. Demorou até notar sua presença. Quando o viu, *alguém* disse a ela que trabalharia ali, naquele momento estava encaminhando documentos para a posse. A garota da recepção sorriu, e logo voltou à leitura. *Alguém* foi embora.

Alguns dias depois, com os documentos e os exames prontos, *alguém* apresentou-se novamente no setor de recursos humanos. O rapaz que o atendeu olhou a papelada e, em seguida, retirou-se da sala. Esperava em pé. Havia outras pessoas, todas em silêncio. O rapaz voltou acompanhado de uma mulher anunciada pelo som que o salto de seu sapato fazia ao tocar o chão. Ela afirmava não ter sido informada sobre a convocação de *alguém* para trabalhar ali. *Alguém* contou que falara com uma garota na recepção, o que parecia não ser relevante.

Ao se dirigir à porta, notou um cartaz colado de forma que as pessoas pudessem ler desde o interior da sala: FAVOR MANTER A PORTA FECHADA.

Havia pouco, a rotina de trabalho de *alguém* se desenrolava num ritmo frenético, convocada pela demanda de pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas. Uma rotina pautada pela urgência, por atendimento em situação de crise, por decisões que precisavam ser tomadas em equipe. O direcionamento para as intervenções nesse trabalho era o do movimento da luta antimanicomial no contexto da política pública do Sistema Único de Saúde. Os princípios e diretrizes desta política estavam presentes nos fluxos do cotidiano no serviço e faziam parte do olhar, da escuta, da atenção, dos gestos, do ritmo com que *alguém* chegou e estabeleceu contato nesse território novo.

Quando *alguém* chegou, não tinha mesa nem trabalho. Sem pouso, andava pelas salas tentando estabelecer contato. As pessoas conversavam sobre assuntos variados, havia café e mate. Mas, nessas conversas, estava difícil entender que tipo

de serviço era prestado à população. A organização do trabalho parecia pautada pela visão de mundo de cada servidor. A experiência era de desaceleração. Estava em um órgão público cujo objeto é o trabalho e o emprego, mas ali parecia não haver trabalho.

A ausência de demanda soava estranha. Lembrava frequentemente dos personagens de Kafka, em especial de um certo agrimensor K., em *O Castelo* (2000). Agrimensor é um profissional que tem por incumbência medir territórios e delimitar fronteiras. K. foi chamado pelo conde do castelo e tenta de todos os modos reivindicar seu direito de exercer sua profissão e permanecer na aldeia. Na tentativa de alcançar o castelo, seu caminho é atravessado por burocratas que o jogam de um lado para outro, com argumentos que evidenciam o absurdo engendrado nessas relações. Um movimento de K. em sua trajetória é procurar o prefeito a fim de ter instruções mais precisas sobre o início de seu trabalho. O prefeito diz que vai, então, contar a K. toda a desagradável verdade:

[...] O senhor foi aceito como agrimensor, como diz, mas infelizmente nós não precisamos de agrimensor. Não haveria o menor trabalho para um, aqui. As fronteiras das nossas propriedades agrícolas estão traçadas, está tudo registrado e em ordem, trocas de títulos quase não ocorrem e os pequenos litígios de fronteira nós mesmos resolvemos. Portanto, por que teríamos necessidade de um agrimensor? (KAFKA, 2000, p.94)

O que parecia um descompasso de começo tornou-se um modo de existência com o tempo. *Alguém*, que havia sido chamado para ocupar o cargo de psicólogo, adentrava em um campo de saberes e poderes diferentes do que encontrava no SUS. Administradores e advogados operavam em sistemas de dados e processos administrativos. Pareciam tranquilos, bem aproveitados no exercício da função para a qual foram chamados. No desenho organizacional feito para a lei de criação de tal órgão público, estava previsto o trabalho de três psicólogos e um assistente social, mas a demanda para estes profissionais era uma incógnita.

# A L GUÉ M

A pesquisa acontece a partir do estranhamento na entrada em um novo local de trabalho. *Alguém* é o personagem criado para possibilitar a passagem de vidas que não se limitam àquela vivida em primeira pessoa pela pesquisadora. *Alguém* quer ter a função do tratamento que Deleuze (2009) dá à corriqueira expressão “qualquer um”. Farina (2014) apresenta esta diferença que Deleuze imprime quando pensa que o qualquer um não é todo mundo.

“Todo mundo” estaria a serviço das regras do senso comum e do bom senso universalizáveis e homogeneizadores do pensamento e da existência, enquanto “qualquer um” carrega em si a mais alta singularidade passível de se expressar em qualquer ser ou circunstância. (FARINA, 2014, p.17)

*Alguém* carrega a indeterminação de “qualquer um”, impessoalidade que é condição para avançar pela estranheza de sua nova vida. Trata-se de um corpo capaz de atravessar um percurso aparentemente vazio e transformá-lo em uma experiência. “Um alguém constelado de sensações quase lâmina, que lhe fustigam a alma e o forçam a ir anotando em páginas dispersas relevos existenciais se produzindo.”. (PRECIOSA, 2010, p.19). *Alguém* escreve, não como quem registra um procedimento em um prontuário ou uma nota tomando ciência de algum trâmite em um processo administrativo, escreve sobre o que não entende, para seguir estranhando.

Não é por isso que *alguém* se torna especial, *alguém* é só um sujeito que não sabe o que faz com o mundo. Cabe-lhe escrever, como uma forma de tocar as forças que entram em jogo nas situações. É como se *alguém* recolhesse do chão alguns restos, coisas ditas, mas fora dos espaços oficiais. *Alguém* escreve porque não compreende o que se passa, mas não escreve para compreender, escreve para conseguir um acesso às entrelinhas de um texto que lhe soa vazio.

Há algo “forte demais” na vida, intenso demais, que só podemos viver no limite de nós mesmos. É como um risco que faz com que já não nos atenhamos mais à nossa vida no que ela tem de pessoal, mas ao impessoal que ela permite

atingir, ver, criar, sentir através dela. (LAPOUJADE, 2015, p.23)

A criação de *alguém* é o que torna possível a experimentação da passagem por esse lugar impessoal, um lugar tão indeterminado quanto *alguém*, que possibilita pensar sobre coisas que não estão ocultas, mas tampouco são visíveis. Lugar, aqui, não diz respeito estritamente ao espaço, mas à posição de onde parte a necessidade de pensar.

*Alguém*, na gramática brasileira, é um pronome indefinido, usado para referir-se à terceira pessoa do discurso, de modo vago e impreciso. Na pesquisa, *alguém* é o personagem que dará corpo a vozes múltiplas, podendo encarnar qualquer um, mas não todo mundo. Para diferenciar o *alguém* como personagem do *alguém* como pronome indefinido, optou-se por uma fonte em itálico para se referir ao personagem. *Alguém* não será escrito com letra maiúscula, como em um nome próprio, exceto no início de frases, porque *alguém* não é um nome próprio. *Alguém* é qualquer um que se disponha a percorrer uma trajetória, com a determinada vontade de não ficar desaparecido a vida inteira, espremido num canto escuro de repartição.

Um ser destoante, desconfiado das metas e dos caminhos inventados para atingi-las. De certa forma, às vezes, *alguém* encarna traços dos vaga-lumes referidos por Didi-Huberman (2014, p.14). Assim, “a vida dos vaga-lumes parecerá estranha e inquietante, como se fosse feita de matéria sobrevivente – luminescente, mas pálida e fraca, muitas vezes esverdeada – dos fantasmas.” Quase desaparecendo. Para sobreviver, *alguém* escreve. Sua versão dos fatos não têm ressonância com as visões gloriosas que os políticos fazem de si mesmos e de seus seguidores. *Alguém* se interessa em contar “pequenas histórias na grande história”.



# CONSIDERAÇÕES PARA COMEÇAR

Ainda que tentasse evitar a comparação como um caminho para o pensamento, na passagem do campo da saúde para o do trabalho, era impossível desconsiderar a diferença no modo como tinha acesso a esses campos. Nos serviços de saúde em que *alguém* já estivera, mesmo com dificuldades, havia muito trabalho e envolvimento em lutas coletivas por transformações. A primeira evidência, neste novo campo, era a de que um órgão público que fora criado para planejar e operar ações relacionadas ao trabalho e ao emprego não conseguia implicar-se em uma forma de produzir de seu próprio trabalho.

Esta pesquisa surge do incômodo com o que parecia um descompasso de começo. Mas, neste caso, quando começa? O curso da escrita procura acompanhar a construção de modos de não fazer e a tentativa de criar modos menores<sup>1</sup> de fazer. Para sustentar este processo, *alguém* escreve cenas do cotidiano de trabalho como possibilidade de viver e transformar o vazio. A escrita não é somente o contorno, ainda que provisório, da experiência, mas a condição de possibilidade de emergência da mesma.

De fato, o interesse em trabalhar diretamente com a escrita tem ressonância com a participação de *alguém* em oficinas com trabalhadores da saúde, que mostraram uma série de transformações operadas nas relações, mediadas pelo exercício de escrever sobre o cotidiano de trabalho.

Há aqui uma profunda ligação entre teoria e prática, a escrita servindo para a ação cotidiana, e a memória sendo um livro aberto ao qual consultar antes de planejar algo para o futuro. Como princípio de ação, a escrita passa de objeto morto à dimensão de corpo vivo. (PALOMBINI, BARBOZA, FICK, BINKOWSKI, 2010, p. 256)

---

<sup>1</sup> Conceito de Gilles Deleuze e Félix Guattari que será apresentado na página 26.

Então, em um momento de dificuldade para estabelecer contato com este novo território, a experiência na condução compartilhada em espaços de oficinas de escrita pareceu um recurso importante na tentativa de intervir neste contexto.

O leitor poderá acompanhar alguns ensaios de narrativas em que se busca situar o lugar de *alguém* como pesquisador. Tateia-se um problema, ou um campo problemático, que não tem um contorno claro. *Alguém* é convocado a investigar a partir de uma sensação. É mais uma atmosfera, que *alguém* busca atualizar narrando certas cenas, do que uma pergunta, o que o impulsiona. Pela leitura feita por Benjamin (1994), no intervalo entre a primeira e a segunda guerra, narrar tornou-se uma arte em vias de extinção. Toma-se, assim, a escrita destas cenas como um ensaio, tentativa de manter viva esta prática de transmissão.

Poder-se-ia dizer, talvez, que o ensaio é uma atitude existencial, um modo de lidar com a realidade, uma maneira de habitar o mundo, mais do que um gênero de escrita. Poder-se-ia dizer, talvez, que o ensaio é o escrito precipitado de uma atitude existencial que, obviamente, mostra enormes variações históricas, contextuais e, portanto, subjetivas. (LARROSSA, 2004, p. 32)

Se narrar é a maneira pela qual se busca engendrar um plano de experiência, ensaiar será a atitude para tornar esta experiência um modo de relacionar-se, que tenta fazer-se a si mesmo e fazer o mundo.

Engendrar um plano de experiência significa trazer “algo maior que as pequenas experiências individuais particulares, maior que a simples existência individual” (GAGNEBIN, 2006, p.50) para ser compartilhado. Existe o vivido e existe a versão do vivido, que é a experiência. A vivência é solitária, particular, individual, enquanto a experiência é a transformação do que foi vivido quando se conta a outros. *Alguém* aposta na virtual metamorfose contida nesta operação.

# E M QUE S T Ã O , O VAZ I O

A pesquisa em curso trata do vazio de sentido vivido no trabalho e busca, através da escrita, criar um lugar onde se possa torná-lo experiência. As linhas iniciais esboçam uma cena de entrada. Uma entrada que serve de abertura para esta experiência e que marca um movimento contrário à prescrição “favor manter a porta fechada”, colada na forma de cartaz à porta.

Parte-se de uma sensação que, até aquele momento, era possível nomear como vazio. Kastrup e Passos (2013) utilizam a expressão *felt-meaning* para falar de uma dimensão do problema de pesquisa que vai além do reconhecimento das formas, mas remete aos ritmos, atmosferas, velocidades e intensidades que configuram a dinâmica das formas. Sem tradução exata para o português, o *felt-meaning* equivale a um “sentido intuído”. “Trata-se de um entendimento corporal e que é capaz de produzir transformações.” (KASTRUP e PASSOS, 2013, p. 275).

A atmosfera do vazio é o *felt-meaning* que sustenta provisoriamente o território da pesquisa. Trata-se de um vazio próximo ao que move o agrimensor de Kafka a tentar entender como poderia ser útil na aldeia do castelo. A entrada do agrimensor é permitida, mas não é necessária. A entrada de *alguém* a partir do concurso não lhe garante um lugar.

Nesta entrada, o vazio fora produzido pela perda de referências do campo da saúde. *Alguém* trazia ferramentas que não tinham utilidade para seu novo contexto, um saber-fazer que parecia, naquele momento, incompatível com a realidade que se apresentava. Por tratar-se de um vazio vivido como falta, *alguém* passou a tentar preencher o tempo.

A disponibilidade para participar das ações que surgiam nutriu ainda mais a sensação de vazio, pois não se tinha ideia do processo a que estavam encadeadas. Entrava em contato com um ambiente pautado por relações político-partidárias, em que o critério de importância de uma ação era medido pela sua repercussão na mídia, e a avaliação da sua eficácia, proporcional à ostentação de *flashes* fotográficos divulgados.

É um tempo em que os “conselheiros pífidos” estão em plena glória luminosa, enquanto os resistentes de todos os tipos, ativos ou “passivos”, se transformam em vaga-lumes fugidios tentando se fazer tão discretos quanto possível,

continuando ao mesmo tempo a emitir seus sinais. O universo dantesco, dessa forma, inverteu-se: é o inferno que, a partir de então, é exposto com seus políticos desonestos, superexpostos, gloriosos. Quanto às *luciole*, elas tentam escapar como podem à ameaça, à condenação que a partir de então atinge sua existência. (DIDI-HUBERMAN, 2014, p.17)

O vazio passou a estar associado a um trabalho que não fazia sentido para *alguém*, que preferiu não fazer alianças com os “conselheiros pérfidos”, ocupantes dos postos da mais alta hierarquia daquele lugar. *Alguém* ansiava para ver a repercussão de seu trabalho em serviços para as pessoas, mas não encontrava meios de produzir tal trabalho.

*Alguém* percebe o vazio, mas também questiona se o vazio que percebe estaria mesmo vazio. Ao redor, seis salas estavam mobiliadas com mesas tão grandes que poderiam se equiparar a trincheiras. Nelas, os profissionais empilhavam papéis e se protegiam de qualquer perturbação olhando, cada um, a tela do seu computador. No chão, os fios de telefone, de rede, cabos de computadores e impressoras ficavam expostos e se misturavam formando nós empoeirados que frequentemente se enrolavam às rodas das cadeiras.

Havia uma constante atenção para o perfeito controle do uso do material de escritório que cada um fazia. Pedir um número de memorando ou de ofício na sala do gabinete era considerado um acontecimento importante, não importava para que finalidade. O material de repartição, carimbos, fura-páginas, grampeadores, computadores, teclados, *mouses*, tudo isso ganhava um número de patrimônio e precisava ser vigiado, controlado. A retirada de folhas, canetas, lápis, borracha, cliques e outras miudezas era registrada em um caderno à parte, mas igualmente importante para o trabalho da repartição. *Alguém* compreendia a necessidade dos procedimentos para a preservação do patrimônio público e o bom uso dos materiais, o que estranhava era o fato de que isso parecia ser a atividade fim deste órgão. Como se a manutenção da sua existência consumisse toda a força daqueles que ali trabalhavam.

Para orientar-se sobre o que encontrava em seu cotidiano, *alguém* buscava pistas. Na leitura de textos dedicados a pensar sobre *o que vemos e o que nos olha*, Didi-Huberman chamou atenção para uma modalidade do visível em que seria preciso fechar os olhos para ver. E, na sequência, revirando essa passagem, advertiu: “*Abramos os olhos para experimentar o que não vemos*” (1998, p.34).

Estas operações da percepção faziam muito sentido, pois o espaço que *alguém* habitava estava cheio, não havia dúvida, e, na situação em que se encontrava, convinha manter os olhos bem abertos para não sucumbir ao sono a que o tédio convidava. Não era, portanto, espacialmente ou discursivamente que o vazio se fazia sentir.



# EM MEIO A UMA INCIPIENTE INTERROGAÇÃO

Os dias demoravam a passar. Além da ausência de demanda, *alguém* estranhava o silêncio sobre a política pública que estaria direcionando o trabalho. Vivia um estado de coisas próximo ao que Suely Rolnik (1997) descreve quando pensa no processo de formação para o que ela chamou de clínica nômade, em que se é forçado a encontrar com o fora.

[...] o fora é essa mistura de forças formando composições inéditas, espécie de híbridos cujo efeito é o de desestabilizar os contornos nos quais ele se reconhece, exigindo que encontre um novo modo de funcionamento. Percebe, então, que construir um modo mais de acordo com os híbridos que já o habitam, quando esse é o caso, será sua única chance de conquistar uma nova consistência em seu trabalho. (ROLNIK, 1997, p.86)

*Alguém* tentava perceber aquele território e como poderia situar a sua função como psicólogo. Em meio a esta incipiente interrogação, foi surpreendido com o convite para supervisão de dois estagiários de psicologia. Eles estavam no serviço antes de *alguém* chegar. Aceitou supervisioná-los na condição de construírem juntos um fazer que estivesse relacionado à invenção de uma posição ética referida ao campo - múltiplo - de saber em psicologia.

O marasmo das tardes também os adormecia. O estágio não era curricular, assim como o de outros estudantes que circulavam por ali. *Alguém* entendeu o convite como uma possibilidade de desenvolver um primeiro projeto. Buscou parceria com a supervisora dos estagiários do curso de administração, e propuseram aos estagiários a construção de um mapa com a principal atribuição do setor em que estavam inseridos. Reuniram-se algumas manhãs para falar de percepções gerais e sobre como estavam contribuindo para a realização das ações a que este órgão se propõe.

Durante a construção deste desenho institucional, feito pelos estagiários nos encontros de supervisão coletiva, surgiu, no setor onde estava um dos estagiários de psicologia, a possibilidade de acompanhar um curso de qualificação profissional voltado para as pessoas atendidas em serviços de saúde mental.

A participação deste estagiário em alguns encontros do curso de costura instigou-os a pensar sobre um fazer que iniciava num território híbrido. A construção de um campo no encontro entre heterogêneos: saúde e trabalho repercutindo um no outro, como interrogantes, fazendo reverberar questões. A aposta na produção escrita, que seria compartilhada com *alguém* e com a outra estagiária, tinha como objetivo a criação de um campo experiencial, favorecendo a co-emergência entre fazer e saber.

A proposta da criação de um espaço de compartilhamento, através de material escrito acerca da percepção dos estagiários sobre os encontros de aula de costura, visava instituir uma ação de educação, produtora de conhecimento e investigação sobre a própria experiência destes estagiários. Com isso, *alguém* queria produzir e colocar em análise o movimento de criação de sentido acerca do fazer em psicologia e sua contribuição na constituição da intersectorialidade nas políticas públicas, no encontro entre saúde e trabalho.

A proposta de oficina de escrita com os estagiários era, também, o campo do projeto inicial desta pesquisa. Quando o gestor afastou-se da coordenação para concorrer a um cargo nas eleições, todos os estagiários foram substituídos. O projeto deixava de fazer sentido. Os poucos encontros, em que se trabalhou com fragmentos de textos, deixaram a sensação de que o projeto fora interrompido no momento em que começava a andar.

O modo como a oficina de escrita com os estagiários se desfez é uma das formas de atualização do vazio. Trata-se aqui do vazio como aparece no senso-comum – como falta, ausência de algo, produzido pela sensação de que, a qualquer momento e sem explicação, as condições para o desenvolvimento de uma ação desaparecem.

Uma atmosfera que encontra ressonância com os modos de existência cartografados por Pelbart (2013) para falar sobre o nihilismo contemporâneo. Ou seja, o trabalho aparece esvaziado, operado por figuras, funções e cargos que representam a morte do sujeito e de seu mundo, onde tudo flutua na indiferença

sem qualidades, em que ninguém mais se reconhece na trivialidade do mundo de mercadorias infinitamente intercambiáveis e substituíveis. (PELBART, 2013, p.29)

O vazio não está relacionado somente à proposta de trabalho com os estagiários ou com o trabalho de *alguém* em particular. Trata-se de uma linha de força que atravessa o trabalho de todos, e ganha outras formas: falta de orçamento, falta de informação, falta de pessoal, falta de ânimo. No entanto, se este vazio é produtor de angústia, é também o que favorece a letargia de muitos. A armadilha que este tipo de relação coloca é semelhante à que o narrador de *O castelo* descreve a respeito da situação de K.

[...], em relação ao tratamento dado aos seus assuntos, haviam adotado claramente – e de uma vez por todas – um princípio que, visto de fora, era muito favorável a ele e por outro lado à coesão admirável dos serviços administrativos, que se pressentia como particularmente perfeita, logo onde ela parecia não existir. Quando às vezes só pensava nisso, K. não ficava longe de achar sua situação satisfatória, muito embora sempre dissesse rapidamente a si mesmo, depois desses acessos de bem-estar, que o perigo estava exatamente aí. A relação direta com as autoridades não era, na verdade, difícil demais, pois as autoridades, por mais bem organizadas que fossem, sempre tinham de defender coisas remotas e invisíveis em nome de senhores remotos e invisíveis, ao passo que K. lutava o mais vivamente possível por coisas próximas, [...] (KAFKA, 2001, p.90)

Se não havia trabalho, por que insistir em trabalhar? Por que não fazer qualquer coisa, de qualquer jeito, para “matar o tempo”? Talvez porque, junto com K., *alguém* percebesse o perigo exatamente nesta acomodação – a tentação do repouso – em considerar a situação satisfatória. O perigo, neste caso, seria cair no nada sem pensamento, na aceitação naturalizada dos procedimentos burocráticos, esta banalidade vazia e sem sentido.

# ANOTAÇÕES SOBRE O VAZIO

Se o vazio é um *felt-meaning* que provoca a pensar, faz-se necessário explorar-lhe outros sentidos, multiplicá-lo, com o objetivo de produzir a “sensação de abertura de um novo campo e um impulso para ir mais longe” (KASTRUP e PASSOS, 2013, p.276). Como se esse vazio devesse obedecer a uma lógica em que “fosse preciso ir até o limite de um processo para virá-lo do avesso. Ou melhor dizendo, como se só assim revelasse a força do avesso que desde o início ali estava, virtualmente, ‘fazendo pressão’”. (PELBART, 2013 p.14).

A tentativa de evocar outra experiência do vazio e de alterar o seu valor trouxe à memória o vazio vivido quando *alguém* praticava um percurso em dança. Escutava os ecos deste vazio como possibilidade de viver e desdobrar sua experiência diferentemente. *Alguém* buscava acionar estes ecos em seu corpo, que eram como relâmpagos, apareciam, mas não se deixavam segurar. Estados fugidios, que anunciavam a possibilidade de um outro modo de afetar e ser afetado pelo mundo. *Alguém* percebeu que seria necessário criar um corpo capaz de atravessar esta experiência.

Como uma referência para fazer reverberar este estado em que o vazio torna-se necessário ao processo de criação, *alguém* recorre à pesquisa de José Gil (2005) sobre o movimento na dança contemporânea. O filósofo português abre o livro *Movimento Total* mencionando os exercícios de preparação do corpo que pretendem o esvaziamento da linguagem automática dos gestos cotidianos.

Para Cunningham, o bailarino deve fazer silêncio no seu corpo. Deve suspender nele todo o movimento concreto, sensorial, carnal a fim de criar o máximo de intensidade de um outro movimento, na origem da mais vasta possibilidade de criação de formas. Só o silêncio ou o vazio permite a concentração mais extrema de energia, energia não-codificada, preparando-a todavia para escorrer nos fluxos corporais. (GIL, 2005, p.16)

*Alguém* está atento à diferença. Este tipo de preparação para o gesto em dança tira o vazio daquele lugar a ser preenchido para torná-lo um lugar a ser

sustentado. O vazio é, neste caso, uma condição para a criação, na medida em que absorve todas as espécies de forças a fim de transformá-las, de alterá-las.

No lugar de moldar o corpo aos ditames do pensamento, fazer do vazio uma experiência que transforme o pensar. Habitar uma sensação. Sustentar vazio.

O gesto em jogo nesta pesquisa está em transitar por entre estas experiências de vazio, a que pede uma completude, e a que refere José Gil, que é condição para criar outros modos de mover e de existir, de afetar e ser afetado.

A escrita encarna este gesto na construção de um percurso que também passa por zonas desconhecidas, às quais se propõe conhecer, não com as ferramentas do pensamento racionalista. Escrever como gesto que inventa um caminho, que propicia o movimento de pensar com imagens, com pistas que podem fazer surgir um coletivo de forças.

Existem aqueles que procuram para encontrar, mesmo sabendo que eles encontrarão quase necessariamente algo diferente daquilo que buscam. Existem outros cuja busca é, precisamente, sem objeto (BLANCHOT, 2010, p.63).

Como seria uma busca sem objeto? Busca-se para não encontrar? Talvez se busque esperando criar, na busca, encontros. Esta é a forma como *alguém* procurou posicionar-se no percurso da pesquisa. Sem perguntas definitivas nem um alvo a ser alcançado, existe a busca, que constrói objetos no movimento de buscar.

Seria esta uma vivência possível de compartilhar? Com quem? De que maneira?

Não há uma documentação sobre o que trata esta pesquisa. No discurso oficial, tudo transcorre na mais perfeita ordem. Seria possível comprovar o cumprimento de metas e indicadores previamente acordados no plano estratégico da localidade. No interior da repartição há muitas pessoas trabalhando, muitos projetos em curso e, principalmente, muitas notícias sobre todo esse trabalho.

Trata-se de uma sensação menor, um olhar menor, que não será encontrado nos discursos oficiais, pois não é da ordem do instituído, das formas estabelecidas, que podem ser generalizáveis. *Alguém* enxerga de um modo diferente.

A qualificação *menor* segue o caminho aberto por Deleuze e Guattari (2014) no livro *Kafka: por uma literatura menor*. Menor não quer dizer algo raro ou relativo ao tamanho, mas aquilo que uma minoria faz em uma língua maior. Uma das

características desta operação é a desterritorialização do discurso oficial. Outra, o fato de que tudo assume uma posição política. Uma situação individual, como a de *alguém*, é tanto mais necessária quanto “toda uma outra história se agite nela” (2014, p.36), ou seja, o quanto ela conecta com vetores comerciais, econômicos, burocráticos, jurídicos, que influenciam nos valores em jogo. A terceira característica é que tudo toma um valor coletivo, pois quem escreve está em um campo de enunciação coletiva, contaminado pelo campo político.

As perguntas ainda ecoavam:

Seria esta uma vivência possível de compartilhar?

Com quem?

De que maneira?

O discurso oficial é da ordem da informação, dos dados contábeis, dos registros, dos processos administrativos e judiciais. *Alguém* era convocado a responder a este discurso e a escrever relatórios, a cumprir metas. Para pensar aquilo que não aparecia no âmbito da oficialidade, precisava encontrar outro modo de dizer, e é por isso que a pesquisa trabalha menos com a informação e faz uma aposta na narrativa escrita como ferramenta metodológica.

Entre a informação e a narrativa há diferenças que Benjamin qualifica através da relação que se estabelece com a temporalidade

A informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele. Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver. (BENJAMIN, 1994, p. 224)

Para que pudesse atravessar este percurso sem ser tragado pela máquina burocrática, produtora de vazios que anestesiam a tantos, *alguém* precisou criar um

corpo capaz de pensar e perseguir aquilo que suas sensações lhe mostravam como avesso do vazio.

A narrativa escrita passou a ser, então, um corpo virtualmente capaz de sustentar o vazio na sua dimensão de potência, ou seja, como possibilidade de enfrentamento de algo muito próximo ao que refere a expressão cunhada por Pelbart (2013, p.30), uma “mortificação sobrevivencialista”. Narrar foi a maneira de *alguém* sobreviver, não como um morto-vivo, mas como um ser que respira em silêncio, sem querer ser notado.

Trata-se de um trabalho subterrâneo, desenvolvido fora do horário de expediente. Um trabalho que, para acontecer, precisou habitar outro território, o da universidade. Seria impossível colher dados para uma pesquisa com um objeto tão indeterminado como a atmosfera do vazio. Para acessar o vazio, é preciso acessar um outro estado, por isso a necessidade de escrever de um modo que não é exatamente descritivo nem informativo, mas que se aproxima da narrativa.

A despeito da queda de valor da experiência evidenciada por Benjamin (1994), *alguém* pressentia que era preciso fazer do vazio uma experiência. Era preciso fazer da pobreza de experiência uma experiência. Torcer o vazio até virá-lo do avesso. Uma potência de traço vaga-lume, que afirma a semiescuridão, que busca as experiências que se transmitem ainda para além de todos os espetáculos, além, como diz Didi-Hubermann, do exercício dos reinos e da luz das glórias.

O valor da experiência caiu de cotação, mas cabe somente a nós, em cada situação particular, erguer *essa queda* à dignidade, à ‘nova beleza’ de uma coreografia, de uma invenção de formas. (DIDI-HUBERMAN, 2014, p.127).

Para Benjamin (1994), a experiência não se constitui no momento em que se vive uma cena, mas no momento em que se narra aquilo que foi vivenciado a outro(s). *Alguém* se sentia perdido, não sabia com quem conversar, por isso escrevia. A narrativa era o meio pelo qual construía sentido com o que só podia sentir. Narrar o que viveu é o que tornou possível apropriar-se do vivido e extrair dele um saber transmissível, compartilhado.

No entanto, ainda que fizesse um esforço enorme para produzir sentido sobre aquilo que sentia, *alguém* procurou distanciar-se da pretensão de iluminar as formas e as forças deste território por meio de uma nomeação clara, que

delimitasse fronteiras definitivas. No lugar de narrativas conclusivas, que dariam testemunho de um caminho por fim descoberto, *alguém*, ao escrever suas pequenas histórias, propunha um acolhimento ao inacabado. Esta condição aberta ao futuro, que pode suportar um plano desconhecido.

Na pesquisa, *alguém* é testemunha, não de uma realidade pronta que estivesse lá para ser conhecida, mais como uma postura, uma atitude de forçar-se a pensar sobre o que sente. O que *alguém* sente é o que dá testemunho.

Quando alguém testemunha, diz-se, a grosso modo, que viu. É somente com os olhos arregalados pela surpresa do desastre e do crime que se vê. Essa é a condição esgarçante do olhar testemunhal: a de ver um incrível e impensado que somente pode ser visto e pensado quando também é sentido, mesmo por aquele que não o viveu e ainda não o pensou. Testemunhar, produzir o relato de um real grande demais, transforma o corpo inteiro em olho, pois não se vê apenas aquilo que se mostra à visão. (FONSECA, CARDOSO FILHO E RESENDE, 2014, p.25)

*Alguém* está vendo o que se passou lá. Para além das fotos publicadas nas redes sociais, das metas atingidas, dos processos tramitados, dos relatórios entregues.

The image shows two identical forms on a grey background. Each form has a circular hole at the top. Below the hole is a table with two columns. The left column is labeled 'MÉS' and the right column is labeled 'ANO'. The table has 10 rows in total, with the last two rows being the header rows for the columns.

MÉS	ANO

# D E S V I O S

Com o passar do tempo, a sensação de desacelerar transformou-se em inquieta imobilidade. *Alguém* começava a ter contato com temas pertinentes ao campo da política pública do trabalho e emprego em uma perspectiva coletiva, mais abrangente do que a do plano da opinião. Ainda que de forma teórica, através de leituras, o encontro com termos como pleno emprego, rotatividade, trabalho decente, mercado formal, setores, sindicatos e outros, foi construindo um referencial mínimo para esse território. Um mundo inteiramente novo se abria como possibilidade. A inércia, no entanto, continuava.

*Alguém* perguntava-se: o que é uma intervenção voltada para o trabalho? O que deveria estar sendo feito e não está? Qual é a direção a ser seguida? Mais empregos? Mais pessoas empregadas? Mais qualificação para o mercado de trabalho? Como ajudar? Como trabalhar?

O cotidiano de trabalho de *alguém* acontecia afastado das pessoas para as quais os serviços deveriam ser prestados. Destas pessoas, tinha apenas notícias e sabia de alguns movimentos através de pesquisas feitas por institutos de economia e estatística.

Os dias rolavam no calendário. A angústia de *alguém* era aplacada com comidas nas confraternizações organizadas pelos colegas em razão do aniversário de um ou outro. Mas *alguém* ainda se incomodava. Durante o dia, reverberavam as perguntas sublinhadas na leitura feita à noite. “E se, ao nos concentrarmos na simples sobrevivência, mesmo quando é qualificada como ‘uma boa vida’, o que realmente perdemos na vida por a própria vida?” (PELBART, 2013, p.28).

Já não era mais possível dizer que ali não havia trabalho. As pessoas trabalhavam, tinham tarefas prescritas. Mas, obedecer a um modelo de gestão é um bom trabalho? Quem diz o que é um bom trabalho? Aqueles a quem era concedido o direito de participar do curso de desenvolvimento de competências? O trabalho é bom da perspectiva de quem? Para *alguém*, o trabalho não se dava nos indicadores nem no cumprimento de metas.

Nietzsche (2008), em um aforismo intitulado *O valor do trabalho*, tratou da importância de considerar um certo campo de forças no que concerne ao modo como se torna possível trabalhar, bem como na avaliação do trabalho

– Se quisermos determinar o valor do trabalho segundo a quantidade de tempo, aplicação, boa ou má vontade, coação, inventividade ou preguiça, honestidade ou dissimulação que nele é empregada, então o valor jamais pode ser *justo*; pois teríamos de colocar a pessoa inteira na balança, o que é impossível. Nisso devemos dizer: “Não julguem!” Mas é precisamente o apelo por justiça que agora ouvimos daqueles que estão insatisfeitos com a avaliação do trabalho. Pensando um pouco mais, vemos cada personalidade como não responsável pelo seu produto, o trabalho: logo, nunca se pode produzir um *mérito* dele, cada trabalho é tão bom ou tão ruim quanto tem de ser nessa ou naquela constelação necessária de forças e fraquezas, conhecimentos e anseios. Não é a seu bel-prazer que o trabalhador decide se trabalha, nem *como* trabalha. [...] (NIETZSCHE, 2008, p.291)

No lugar de perguntar como encontrar um caminho ali onde não existia caminho, *alguém* precisou perscrutar um outro modo de entrada e, sobretudo, compreender que não há caminho a ser descoberto, mas a ser inventado. No entanto, não se trata somente de uma decisão tomada individualmente, mas de aproveitar o momento de abertura, de necessidade coletiva de transformação.

# A P O N T E

Era mês de fevereiro quando os funcionários da empresa terceirizada que realizavam o atendimento direto aos usuários da Agência Pública de Intermediação de Trabalhadores para o Mercado de Emprego<sup>2</sup> (APITME) entraram em greve devido ao atraso no pagamento dos salários. Os usuários de que se trata aqui são trabalhadores, em sua maioria desempregados, que procuram oportunidades de colocação no mercado de trabalho e/ou pretendem solicitar o seguro desemprego. A principal atividade realizada pelos atendentes, quando não estão em greve, é a intermediação de mão de obra, feita através de um sistema operacional, isto é, um programa de computador. Estes atendentes recebem os usuários que procuram a agência pública e preenchem os dados solicitados pelo sistema. É o próprio sistema operacional que seleciona as vagas de acordo com os dados de perfil do candidato.

Quando os atendentes não foram trabalhar, *alguém* e seus colegas de todos os setores foram convocados a substituí-los para evitar o fechamento do serviço. A convocação trazia um tom de obrigatoriedade. No entanto, para além desta discutível obrigação, a greve colocava em cena uma demanda que contava com uma disposição a encontrar com o inesperado. Alguns servidores aceitaram trabalhar na agência naquele momento, outros não. Poucos dias depois, com a regularização do pagamento dos salários, os atendentes retornaram aos seus postos e *alguém*, junto com seus colegas, retornou para sua mesa no setor de gestão.

---

<sup>2</sup> Nome fictício.

# PE (R) D ID OS

Passada a greve, a administradora da APITME chamou os psicólogos para uma reunião. De maneira bastante objetiva, ela pediu o auxílio “da psicologia” em alguns entraves que atrapalhavam o melhor funcionamento do serviço. Segundo ela, a imaturidade dos atendentes (os mesmos que fizeram greve) estava impedindo que eles deixassem os problemas em casa e se concentrassem no trabalho para o qual foram contratados. A administradora pedia que, não com todos, mas com alguns escolhidos, fosse desenvolvido um trabalho individual de aconselhamento. Além disso, que os psicólogos tomassem em atendimento – de terapia breve - alguns trabalhadores desempregados que retornavam com frequência ao serviço e apresentavam visíveis dificuldades de adaptação ao mercado de trabalho.

Ora, depois de uma greve de funcionários de empresa que presta serviço para o setor público, quem ficaria surpreso com o tema da agenda proposta pela administradora? Claramente, a sua intenção era a melhor possível, garantir a continuidade e a melhoria do atendimento para a população que buscava o serviço da APITME.

Mas era justamente onde parecia que tudo faz sentido que *alguém* pensava no que estava ficando de fora deste pedido. Afinal, em uma agência pública que existe para intermediar a entrada de trabalhadores no mercado de emprego, o direito à greve e a coragem para reivindicar o mínimo - que o salário fosse pago em dia, eram tratados como insubordinação.

Não parece claro que sempre que nos pedem maioridade, maturidade, seriedade, responsabilidade, sub-repticiamente nos estão cobrando obediência, servidão, assujeitamento ao que se pressupõe como maioridade? Não esconde a exigência de maioridade, maturidade, seriedade, uma subserviência a um padrão dito maior, dominante, hegemônico? Será que a maioridade não representa, precisamente, um ideal de servilidade e sujeição a uma suposta humanidade natural ou moral, ou pelo menos viável, em todo caso já dada e construída? (PELBART, 2013, p. 203)

O coordenador, que também participava da reunião e era chefe imediato da

administradora, acrescentou ao pedido um trabalho de pré-seleção com os usuários da APITME. *Alguém* questionou sobre o que era uma pré-seleção neste contexto de atendimento para a busca de uma vaga de emprego, pois parecia-lhe que o trabalho dos atendentes era exatamente este. Muito simples, respondeu o coordenador, somente orientações sobre como portar-se em uma seleção, que respostas dar em uma entrevista, como vestir-se, a importância de estar limpo, de ser pontual, e outras orientações que ajudam o candidato a conquistar um posto no mercado de trabalho.

*Alguém* falara sobre o teor disciplinar dos pedidos que lhes eram endereçados. O coordenador e a administradora responsável pela APITME não queriam escutar o que, prontamente, qualificaram como uma esquivada. *“A vida é assim mesmo, requer adaptação e as pessoas precisam trabalhar. Vocês podem ajudar para que elas se encaixem em uma vaga mais rapidamente.”*

Finalizaram a reunião solicitando uma proposta de intervenção que levasse em conta a necessidade da APITME: *“colocar o trabalhador em um emprego compatível com o seu perfil”*. Como encaminhamento, combinaram outra reunião para continuar falando sobre as (im)possibilidades de realização de uma intervenção em psicologia voltada para o trabalho.

*Alguém* tinha a impressão de que o pedido somente havia sido formulado porque se sabia de antemão que ele não seria atendido. Mais uma vez, lembrou-se do personagem de Kafka em *O castelo*, de como K. sentia-se depois de conversas deste tipo.

K. saiu pela escada varrida selvagememente pelo vento e olhou para a escuridão. Um tempo mau, muito mau. Em relação a isso ocorreu-lhe, de algum modo, como a dona do albergue havia se empenhado em submetê-lo ao protocolo, mas como ele tinha resistido. Certamente não fora um empenho aberto; ao mesmo tempo, subrepticiamente, ela o arrastara para longe do protocolo e no fim não se sabia se havia resistido ou cedido. Uma pessoa de natureza intrigante, que aparentemente trabalhava sem sentido, como o vento, obedecendo a incumbências remotas e estranhas, que nunca se abriam à recepção. (KAFKA, 2000, p.179)

Do modo como estava colocado, parecia que a agência pública, ao invés de

ajudar o trabalhador desempregado a conseguir um posto de emprego em afinidade com o seu perfil, tinha como premissa responder ao mercado, sendo um fornecedor de mão de obra. O perfil em questão era mais o da vaga de emprego do que o do trabalhador.

Tratava-se de um pedido que deixa ver uma concepção de funcionários e usuários do serviço como autômatos desregulados, e conta com a ajuda “da psicologia”, entendendo seu fazer como um instrumento para moldar, transformar e reformar indivíduos.

A administradora da APITME queria que os trabalhadores terceirizados deixassem seus problemas em casa. Mas, esses problemas que ela julga serem “de casa”, não seriam os mais diretamente relacionados ao trabalho? O salário, o transporte, as condições de atendimento, todos esses são problemas que dizem respeito ao lugar de trabalhador e não à vida privada. Estes não são, definitivamente, problemas para se deixar em casa.

## DE ONDE ISSO VE M ?

Por mais que o conjunto de pedidos soasse estranho a *alguém*, havia algo de corriqueiro, de natural, nessa conversa toda. Estranhava ao coordenador e à administradora o fato de *alguém* estranhar o pedido.

O que se passava ali que parecia legitimar a naturalização sobre o que esperar de um psicólogo?

Para tentar compreender como se constituiu esse pedido de intervenção, fez-se necessário resgatar alguns elementos que mostram como a psicologia construiu um lugar e um fazer em relação ao trabalho, como ela foi se colocando e respondendo às exigências do mercado.

Psicologia do trabalho, psicologia organizacional e do trabalho, clínica do trabalho, psicologia aplicada ao trabalho, estes são alguns nomes encontrados na literatura para fazer menção a um campo de teorias e práticas que permeiam as relações psicologia-trabalho. A variedade de expressões sinaliza sua multiplicidade.

No entanto, para entender de onde surge esse pedido que escancara a vontade de submissão do trabalhador às necessidades do mercado, *alguém* percebe uma tentativa de conduzir a sua perspectiva em continuidade a uma genealogia da psicologia que remete, segundo Leão (2012), ao próprio surgimento da psicologia como ciência e profissão, a partir da década de 1920, no Brasil.

A pesquisa de Leão sobre os aspectos históricos, abordagens e desafios atuais da psicologia do trabalho, mostra que a psicologia relacionada ao trabalho emerge no Brasil em função dos avanços técnico-industriais do início do século XX. As transformações de um país de economia agroexportadora para um país em industrialização trazia a necessidade de desenvolver trabalhadores aptos para as indústrias e afinados ao novo modo de viver, rumo ao progresso.

Essa psicologia contribuiu para a adaptação dos trabalhadores aos ditames da produção a fim de obter máxima produtividade. Suas tônicas eram examinar, classificar, selecionar e, portanto, constituíram-se como um conjunto de discursos e práticas de submissão e controle. Tendia a abordar o ser humano como uma máquina que deveria atingir o melhor funcionamento possível, e, por meio dos testes psicológicos, buscava identificar indivíduos aptos para fábricas fazendo uma triagem dos potencialmente nocivos. (CARVALHO, 1999)

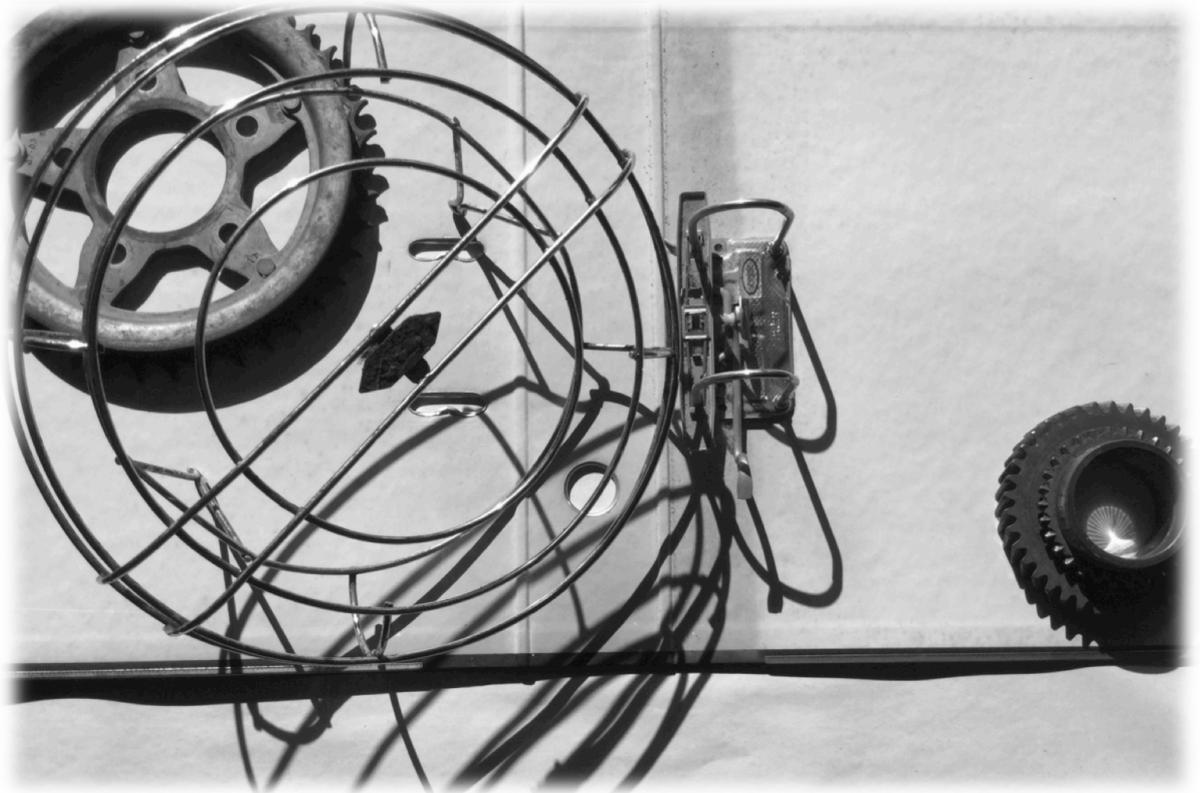
apud LEÃO, 2012, p.295)

Fica claro que, no Brasil, a psicologia relacionada ao trabalho fez parte, em seu surgimento e até pelo menos a década de 1960, de um conjunto de saberes e práticas que operavam a favor do avanço do comércio e da indústria.

Leão também menciona as mudanças no mundo trabalho a partir da metade do século XX, que trouxeram novos temas para a pauta. “Surgem discursos e dispositivos de qualidade total, círculos de controle de qualidade, trabalho em equipe, novos métodos de gestão, clima e cultura organizacional, poder, comprometimento, entre outros.” (2012, p.297). A psicologia que vai se ocupar da operacionalidade dessa nova tecnologia é chamada de organizacional e tem como alvo a eficiência. Embora tenha alguns elementos de continuidade em relação à psicologia industrial, a psicologia organizacional tem como objeto a relação entre as ações da pessoa e a organização. Para alcançar a eficiência, “tenta-se conciliar as necessidades individuais dos trabalhadores com as exigências da organização, enfatizando os modos de utilizar o potencial humano para conseguir a sobrevivência das organizações.” (2012, p.297).

Ainda que esta perspectiva leve em consideração um universo mais complexo que a simples adaptação do trabalhador a um posto de trabalho, a psicologia organizacional mantém o compromisso com a produção e o capital. Neste contexto, não há espaço para a crítica em relação ao papel da psicologia na reprodução de relações de desigualdade e injustiça, opressão e dominação, como um instrumento de manutenção de um estado de coisas.

O pedido da administradora e do coordenador da APITME para os psicólogos segue o caminho que compreende a psicologia como uma ciência e uma profissão que tem as melhores técnicas de sujeição para adaptar as pessoas aos modos de vida propostos pelo capitalismo.



# DE SL OCA ME NTO

Durante o período em que *alguém* trabalhou na APITME, esteve na recepção do serviço. Distribuiu fichas numeradas para atendimento de acordo com a demanda dos usuários que chegavam. As palavras que lhe eram dirigidas pareciam escassas, mas o pedido ficava claro: emprego, vaga de trabalho, seguro-desemprego, carteira, entrevista, número de PIS. *Alguém* entregava-lhes a ficha e mostrava a sala onde poderiam esperar. Quando era preciso encaminhar o seguro-desemprego, orientava o retorno no dia seguinte, bem cedo, pois as fichas para este atendimento são limitadas e terminam rápido. Os usuários que permaneciam sentavam-se em cadeiras dispostas em uma ampla sala, de modo que pudessem enxergar o painel eletrônico que apresentava o número da próxima ficha a ser atendida. *Alguém* observou pessoas dispostas a esperar mais de cento e cinquenta candidatos.

No setor de gerência onde *alguém* era lotado, costumava assistir às apresentações mensais de boletins feitos por um reconhecido centro de pesquisas de estatística e estudos socioeconômicos sobre o mercado de emprego de sua localidade. Estas apresentações informavam que havia postos de trabalho praticamente suficientes para a colocação de pessoas ativas no mercado de trabalho. Um panorama chamado de pleno emprego. Empresários dos setores de comércio, indústria e serviços afirmavam ter vagas e estavam em busca de candidatos. No entanto, a sala de espera por atendimento de intermediação de mão de obra estava, durante quase todo o tempo, cheia de pessoas em busca de um emprego. Parecia haver um descompasso entre o que o mercado oferecia e o que estes trabalhadores, em sua maioria desempregados, buscavam na APITME.

As mais recentes teorias sobre o capitalismo contemporâneo apontam uma transformação nos modos de trabalhar e de pensar as relações que estabelecem a partir do trabalho. Sob esta perspectiva, o trabalho se constituiria menos por uma relação entre patrão e empregado e mais por uma “livre cooperação entre cérebros”, em que a mais-valia é produzida pela captura deste processo em formas exclusivas de comercialização de fórmulas químicas ou de softwares, por exemplo. Na leitura sobre *As revoluções do capitalismo* (LAZZARATO, 2006), a noção de exploração, construída a partir da relação dialética capital/trabalho, é inadequada para pensar as técnicas de controle semiótico da expressão da multiplicidade.

O trabalho industrial não é mais o centro da valorização capitalista, nem um modelo de subjetivação política e social válido para o conjunto das forças sociais, tampouco a única força capaz de produzir as instituições e uma politização das sociedades de controle. Nos países ocidentais, o assalariamento permanece sendo a forma dominante sob a qual o capitalismo explora a cooperação e o poder de invenção das subjetividades quaisquer, mas explodiu em uma multiplicidade de atividades e de estatutos que se exprimem por subjetividades e demandas que não podem mais ser reportadas ao conceito tradicional de classe. (LAZZARATO, 2006, p.88)

Em meio a tantas revoluções, como pensar na situação dos desempregados que buscavam a APITME? Embora se possa observar a operação em curso descrita por Lazzarato, ela parece ocorrer com trabalhadores muito mais qualificados tecnicamente do que os que *alguém* encontrou, que eram, em sua maioria, praticamente analfabetos nos meios digitais.

Pensar o capitalismo contemporâneo e suas novas formas de produzir riqueza através de operações especulativas que agem sobre o mercado de valores é pensar com uma teoria que não acessa estes trabalhadores, a não ser para constatar a situação de exclusão em que se encontram.

# O PAPEL DO ESTADO NO MUNDO DO TRABALHO

A condição de exclusão da competitividade do mercado de trabalho explicaria, em parte, a procura por uma agência pública de intermediação de mão de obra. O trabalhador, que não se encontra em condições tão competitivas quanto o livre mercado exige, busca a intermediação do Estado, que, no Brasil, tem como um dos seus fundamentos os “valores sociais do trabalho e da livre iniciativa”, assegurados na Constituição Federal de 1988.

O papel do Estado no mundo do trabalho surge na segunda metade do século XIX, simultaneamente à emergência do ideal republicano, em que o Estado democrático se constituiu para assegurar o *direito* como um dos fundamentos da soberania do indivíduo. “Esta ordem política pressupõe a existência de uma relação de reciprocidade entre indivíduos livres e iguais, e o Estado será, portanto, aquele que garantirá o cumprimento dos princípios que norteiam essa relação de reciprocidade”. (NEVES, 2004, p. 16). Simultaneamente à emergência do ideal de Estado democrático, o liberalismo surgia como regime econômico e pressupunha uma intervenção mínima do Estado no mercado. Tratava-se de duas propostas aparentemente incompatíveis.

O trabalho como um direito do cidadão na sociedade democrática pautada pelo regime econômico liberalista produziu o que Neves (2004) identificou como uma fratura entre a ordem política e o sistema econômico.

Como o Estado poderia garantir o trabalho para todos em uma sociedade capitalista?

Se uma das principais características do capitalismo liberal é a reorganização das forças produtivas através do investimento na ideia de “trabalhador livre”, que papel caberia ao Estado?

Enquanto os dados estatísticos oficiais mostravam um cenário de pleno emprego, *alguém* se deparava, surpreso, com uma sala cheia de pessoas desempregadas, procurando uma vaga através de um dispositivo criado pelo poder estatal para intermediar esse processo.

Ao observar por alguns dias a busca e a espera de tantas pessoas por uma colocação no mercado de trabalho, *alguém* percebe que o pleno emprego é mais

uma destas ideias que pairam, mas não podem se concretizar do modo como a nossa sociedade está organizada.

A ideia de garantia de direito ao trabalho é um contrassenso no sistema capitalista vigente. A criação de um órgão público voltado para garantir este direito suscita a retomada da contradição que se estabeleceu quando a democracia republicana se vê em um impasse frente aos princípios do liberalismo econômico.

Não se pretende encontrar uma origem para o surgimento desse impasse que *alguém* testemunhava ao fazer uma relação entre estes momentos históricos. Trata-se mais de perceber que algumas configurações se atualizam, possibilitando que um conjunto de práticas ganhe consistência.

O desempregado contemporâneo pode se dirigir a um serviço que vai organizar a sua trajetória por dentro do tecido do Estado, mas em uma trama muito bem amarrada com as empresas privadas. É claro que haverá condições para que este cidadão desempregado volte à situação “ativa” para este mercado. Se a sala de espera estava cheia de trabalhadores buscando trabalho e os empresários também buscavam trabalhadores, o que estaria impedindo essas contratações? Que condições seriam colocadas, por parte dos empresários e também dos trabalhadores, que inviabilizavam essa organização?

Com estas questões pulsando, *alguém* teve vontade de escutar a perspectiva dos trabalhadores sobre o lugar do trabalho no sistema de referências na atualidade.

# PROPOSTA DE INTERVENÇÃO: PRIMEIROS TÍTULOS

A partir desta análise inicial, *alguém* propôs aos coordenadores a abertura de um espaço de conversa voltado para aqueles que esperavam por atendimento na APITME. Tratava-se da vontade de construir um modo de esperar diferente deste em que as pessoas ficavam sentadas, sozinhas, cada uma com o seu desemprego. Ernest Bloch (2005) apontou um modo de esperar que não é resignação, mas uma ação:

O que importa é aprender a esperar. O ato de esperar não resigna: ele é apaixonado pelo êxito em lugar do fracasso. A espera, colocada acima do ato de temer, não é passiva como este, tampouco está trancafiada em um nada. O afeto da espera sai de si mesmo, ampliando as pessoas, em vez de estreitá-las. (BLOCH, 2005, p.13)

No lugar de uma espera individualizada e passiva, *alguém* propunha convidar as pessoas que procuravam a APITME a esperar em um espaço onde se compartilham histórias. *Alguém* pensava que essa conversa poderia ser um acolhimento que propiciaria uma aproximação dos usuários, não por identificação, mas por abertura e diferenciação, tendo como pretensão acessar um plano comum.

Acessar esse plano comum não é apelar para elementos que conferem uma identidade ou unidade nem reforçar semelhanças de igualdade e permanência de pessoas consideradas como tendo uma mesma cultura, mesma história, comunhão de uma mesma crença abordada como um todo. [...] O comum é, assim, uma abertura ao Outro, composição de singularidades, acolhimento à multiplicidade, capacidade de diferir. É alargamento da capacidade de comunicar, de associar, compartilhar, forjar novas conexões e proliferar redes e tem, como condição, a abertura a uma multiplicidade de encontros que não se fecha a um conjunto de pessoas. (BARROS, PIMENTEL, 2012, p. 11-2)

Através da abertura para constituição de uma conversa, *alguém* esperava conhecer as necessidades destes usuários e suas expectativas em relação ao serviço.

Afinal, se o mercado de emprego é livre, por que tantas pessoas acessavam uma agência pública de intermediação de trabalhadores? Em que a APITME poderia ajudar? Quem eram essas pessoas que procuravam a intermediação para um emprego através de um serviço público?

## MONTAGEM DO DISPOSITIVO

Entre o vazio de sentido e a sala cheia, uma possibilidade de trabalho se apresentava. *Alguém* falou com seu colega do setor de gerência sobre a vontade de propor uma intervenção com as pessoas que ficavam esperando na APITME. O colega, que era administrador, perguntou a *alguém* o que ele pretendia fazer com aquilo que estava se dispondo a escutar. Sensível questão.

Produzir um relatório e apresentar na comissão que tem a participação de representantes do poder público, sindicatos e empresas? Enviar este relatório para o ministério responsável pela APITME? Estas foram algumas sugestões levantadas.

*Alguém* não esperava este retorno de um administrador. A partir da disponibilidade para pensar na proposta, *alguém* convidou este colega para montarem, em conjunto, um dispositivo de intervenção. A proposta não era mais “da psicologia”, mas de dois profissionais com formação em áreas diferentes, que partilhavam a vontade de trabalhar em torno de um fazer que não fosse meramente burocrático.

Ao escrever um projeto para a intervenção, a atividade com os usuários da APITME foi batizada de *Conversas com os trabalhadores*. Conversas porque, no lugar de um discurso prescritivo, em que técnicos especialistas dizem aos trabalhadores o que deveriam fazer para conseguir um emprego, *alguém e seu colega* propuseram a abertura de um espaço em que os trabalhadores poderiam dizer o que precisavam para ir ao encontro das oportunidades existentes.

Não se tratava, portanto, de pensar em termos de adaptação ou encaixe do trabalhador em um perfil compatível com as vagas listadas pelo sistema operacional, mas de trazer para o espaço coletivo do grupo as questões que dificultavam ou estavam impedindo que essas pessoas sustentassem um processo de seleção e inclusão no mercado de trabalho.

Conversar como um “versar com”, produzir uma versão juntos. Uma versão compartilhada, que considera aqueles que esperam como agentes, capazes de produzir uma experiência do comum, potencializando saberes e ignorâncias até então excluídos.

Ao pensar *uma conversa*, o que é, para que serve? Deleuze evoca a dificuldade de “se explicar” uma conversa.

A maior parte do tempo, quando me colocam uma questão, mesmo que ela me interesse, percebo que não tenho estritamente nada a dizer. As questões são fabricadas, como outra coisa qualquer. Se não deixam que você fabrique suas questões, com elementos vindos de toda parte, de qualquer lugar, se as colocam a você, não tem muito o que dizer. A arte de construir um problema é muito importante: inventa-se um problema, uma posição de problema, antes de se encontrar a solução. Nada disso acontece em uma entrevista, em uma conversa, em uma discussão. (DELEUZE, 1998, p.2)

Seria preciso escutar os trabalhadores para além do ponto de vista do trabalho, abrindo uma dimensão onde o sujeito não está pré-determinado como trabalhador. Conversas que, ao invés de prever um fechamento, buscariam a abertura para a colocação do problema. Ou seja, no lugar de formatar a posição do trabalhador, deixar vazar as histórias.



## C A P Í T U L O S

Quando se fala nos gargalos para o ingresso no mercado de trabalho, a falta de qualificação aparece como um dos principais fatores apontado pelos empregadores. A proposta de escuta e de conversa entre trabalhadores também era uma forma de buscar subsídios para planejar ações de qualificação profissional a partir de informações atualizadas sobre a demanda dos usuários do serviço. No entanto, além de procurar saber do interesse por quais cursos, as conversas abriam a oportunidade de se ter um retorno sobre como os usuários pensam na sua qualificação.

Este objetivo colocava em conversa não apenas os técnicos e os usuários, mas o setor de gerência de qualificação profissional, onde *alguém e seu colega* trabalhavam, com a APITME.

O entusiasmo durante o processo de escrita do projeto não passou despercebido. Em um intervalo de poucos dias, a administradora anunciou que “o serviço social” também estaria na APITME. Um pequeno movimento, a escrita de duas pessoas para uma proposta de trabalho, reverberava em outra proposta. O efeito que esse movimento produziu ali foi o de captura, como se fosse óbvio para aquela equipe trabalhar com os usuários da APITME, apesar de não ter acontecido ainda.

Uma atmosfera de agitação e ansiedade se formava. A administradora, antes de conhecer o projeto, queria divulgá-lo. A precipitação e a insistência com que tentava encaminhar esta notícia para o setor de comunicação parecia um teste, uma forma de resistir ao próprio projeto. Um teste porque convocava a participar do jogo de *flashes*, e uma tentativa de malograr o projeto, na medida em que, uma vez divulgado, o projeto já teria cumprido a sua função.

Ainda sem enviar as informações que ela pedia, *alguém e seu colega* agendaram um encontro de apresentação e discussão da proposta do projeto de intervenção na APITME. Foram chamados o coordenador do setor de gerência de qualificação profissional e a administradora da APITME, que convidou outra coordenadora, um lugar reservado ao partido político, chamado informalmente de *cargo de confiança*.

*Alguém e seu colega* apresentaram um projeto que delineava a proposta de intervenção em termos operacionais, marcando a frequência semanal e a previsão

de duração destes encontros em aproximadamente uma hora e trinta minutos. O projeto seria voltado para as pessoas que esperam por atendimento na APITME, ficando combinado que os participantes das *Conversas* seriam chamados quando chegada a sua vez, pelo número da ficha.

O convite para participação nestes encontros seria feito a todos os usuários que se encontravam na situação de espera pelo atendimento. Com aqueles interessados em fazer desta espera solitária uma conversa sobre temas, em princípio, relacionados ao trabalho, *alguém e seu colega* iriam para uma sala contigua. A administradora da APITME e a coordenadora asseguraram a disponibilidade de sala uma vez por semana e ofereceram uma bandeja com café aos participantes.

A partir do acordo sobre a sala, *alguém* anunciou que o limite de participantes seria dado pela capacidade do espaço para acomodar as pessoas em uma configuração que permitisse instituir um ambiente de conversa, e não de palestra. A administradora falou que a maior sala seria para vinte pessoas, mas a coordenadora insistia em colocar trinta cadeiras.

Além das combinações quanto aos procedimentos, foram apresentados os princípios norteadores da proposta de intervenção. A oferta de um espaço que favorece a troca de saberes entre os usuários parecia algo difícil de conceber. Cada coordenador deu sua sugestão para o caso de os trabalhadores não terem o que dizer sobre o trabalho. Afinal, como pessoas desempregadas poderiam falar de trabalho?

Nesta ocasião, o vazio foi sustentado como estratégia na proposta de intervenção. Ou seja, uma postura que assume não saber previamente o que dizer, o que fazer em cada encontro e, por isso, depende do que as pessoas trouxeram como material a ser trabalhado em cada conversa.

*Alguém* insistiu em apostar na qualidade de trocas de saberes, dúvidas e compartilhamento de experiências que poderiam ser engendrados nestas conversas. O coordenador do setor de qualificação, que era um senhor calmo e acostumado aos trâmites burocráticos, pediu a tabulação dos dados extraídos a partir delas. Era uma tentativa de separar em categorias para examinar o conteúdo que, se ordenado de forma clara, poderia ser apresentado e servir como base para projetos de qualificação profissional.

A sugestão de sistematizar os dados, ou seja, de transformar o conteúdo

destas conversas em categorias, andava na contramão do sentido que se pretendia. *Alguém* recordava da pergunta feita por Pelbart (2013, p.19), “Como não ofuscar a *luz menor* com o ‘holofote’ da razão?” Neste caso, era a escuta de *alguém* e de *seu colega* que estava em risco. Tentava-se direcionar a forma de escutar e de intervir para um procedimento que se distancia de uma interferência em ato. Separar e tabular os conteúdos de cada conversa para, algum dia, usar esse material como subsídio para as ações de qualificação era uma forma de reproduzir a defasagem que o tempo da burocracia cria entre aquilo que as pessoas precisam e a resposta para isso. Tornar um efeito subjetivo um dado estatístico, essa era a proposta. Porque, de fato, a estatística é aquilo que justifica para o sistema a existência de algo.

Ao entregar o projeto na sua forma impressa para estes coordenadores, foi observada a presença de um largo espaço de folha em branco, sinalizando que a proposta estava em construção. Durante o encontro de apresentação do projeto, todos fizeram anotações naquele espaço, por isso se pensou em discutir em uma próxima reunião a inclusão destas sugestões e concluir o projeto na sua forma escrita.

## P ASS O EM FAL S O

Para as *Conversas com os trabalhadores*, o assunto geral em pauta seria o trabalho, mas os participantes poderiam (des)dobrá-lo na direção que lhes parecesse mais proveitoso no momento. A função de *alguém e seu colega* era a de sustentação deste espaço de trocas, de propiciar que o vivido individualmente pudesse transitar por um plano do comum, como experiência coletiva, e transformar o sentido.

Não se procuraria, portanto, ter respostas imediatas a todas as questões levantadas pelos trabalhadores, mas incentivar a discussão ao ponto de construir coletivamente alternativas para as situações apresentadas. No projeto escrito para esta atividade, o papel dos técnicos foi apresentado, não como aqueles que têm soluções, mas como mediadores do debate durante os encontros, de maneira a propiciar um campo experiencial de troca de saberes e não-saberes.

Deixar desocupado o lugar de quem busca solucionar os problemas e as dificuldades levantadas pelos trabalhadores teria como objetivo produzir um movimento em direção ao protagonismo dos mesmos na construção de encaminhamentos para suas questões.

Em conversa com Foucault, publicada no livro *Microfísica do Poder* sob o título “Os intelectuais e o poder”, Deleuze (2010, p. 70) retoma um trabalho de Foucault nas prisões para falar do que aprendeu com ele sobre a relação entre teoria e prática. Ao organizar o Grupo de Informação Prisões (G.I.P.), tinha como objetivo “criar condições para que os presos pudessem falar por si mesmos.” E o que estava em jogo aí não era, de forma alguma, a aplicação prática das suas teorias, mas “uma multiplicidade de componentes ao mesmo tempo teóricos e práticos.” A posição do intelectual não poderia ser representativa, nem a de representante.

Aqueles que agem e lutam deixaram de ser representados, seja por um partido ou um sindicato que se arrogaria o direito de ser a consciência deles. Quem fala e age? Sempre uma multiplicidade, mesmo que seja na pessoa que fala ou age. Nós somos todos pequenos grupos. Não existe mais representação, só existe ação: ação de teoria,

ação de prática em relações de revezamento ou em rede.  
(FOUCAULT, 2010, p.70)

Deleuze ensina aquilo que aprendeu com Foucault, “tanto em seus livros quanto no domínio da prática – algo de fundamental: a indignidade de falar pelos outros.” (FOUCAULT, 2010, p.72).

Na tentativa de criar as condições para que os usuários pudessem falar por si, foi proposto que um ou mais participantes da conversa fizessem anotações sobre o que foi discutido e as sugestões de encaminhamento feitas pelo grupo. No final do encontro, as notas seriam lidas e o grupo faria as alterações e acréscimos que julgasse necessários. Um dos objetivos desta escrita seria criar uma memória concreta destes encontros, contada pelo coletivo de usuários da APITME reunidos naquele momento de conversa.

A construção de uma memória do que foi discutido na forma escrita buscaria produzir outra modulação da experiência. A escrita seria uma forma de fortalecer e manter vivos os laços produzidos nestas conversas. Através da leitura daquilo que outros participantes escreveram seria possível a transmissão do que foi discutido.

O dispositivo grupal *Conversas com os trabalhadores* tinha como objetivo ser um espaço para que os usuários que esperavam por atendimento na APITME pudessem falar sobre suas dificuldades e questões a partir do âmbito do trabalho. Dispositivo, neste contexto, carrega o sentido foucaultiano:

Através deste termo [dispositivo] tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.  
(FOUCAULT, 2010, p.244)

Uma diretriz no âmbito das políticas públicas no Brasil, atualmente, é fortalecer a participação da sociedade nos processos que envolvem o planejamento e a execução de ações. *Alguém e seu colega* pensavam de que forma poderiam contribuir para esta participação dos usuários na política de trabalho. Cogitaram incluir o material escrito nos encontros com a memória da discussão e os encaminhamentos feitos pelo grupo ali reunido, bem como o projeto da atividade

*Conversas com os trabalhadores*, no Relatório de Execução Física Trimestral para o ministério responsável pela APITME. A inclusão do material escrito pelos usuários do serviço seria uma forma de propagar a sua perspectiva, de fazer reverberar em outras instâncias aquilo que eles apontavam como problema e como pensavam em alternativas, em que direção os usuários queriam as mudanças.

## IMP A SSE S

A aposta de transformar a vivência do vazio no trabalho, inscrevendo esse vazio na experiência e, portanto, em um registro coletivo, compartilhado, teve um contorno provisório na proposta destas conversas e de uma escrita que seria produção de um grupo de usuários da APITME. Neste contexto, escrever tinha a função de construir a memória de encontros das *Conversas com os trabalhadores*. Para além do registro daquilo que seria discutido, as anotações poderiam ser um instrumento que possibilita um jogo efetuado pelo pensamento sobre o próprio sujeito. Nas palavras de Foucault (2014, p.320), “deslocamento do sujeito com relação ao que ele é por efeito do pensamento.” Ou seja, o material escrito, quando lido e discutido neste coletivo que o produziu, poderia gestar efeitos de deslocamento.

Este efeito de deslocamento também atravessa a pesquisa. No percurso criado pela escrita até aqui, buscou-se mostrar em que sentido a narrativa em sua forma escrita é pensada como campo experiencial da pesquisa. O ato de narrar é também uma tomada de posição, pois se assume que o material narrado não é a representação fiel da realidade vivida por um personagem neutro. Pelo contrário, aqui a narrativa escrita não se faz somente de lembranças, mas dos esquecimentos. Há uma aposta de que algo que não foi vivido no instante em que uma cena se desenrolava pode ser retomado *a posteriori* e ganhar realidade através da escrita. Assim, não há realidade a ser restituída. Trata-se de uma realidade em criação, na qual uma potência irrompe de algum vestígio do vivido e é fígada pela escrita. Esta é uma orientação ética da pesquisa.

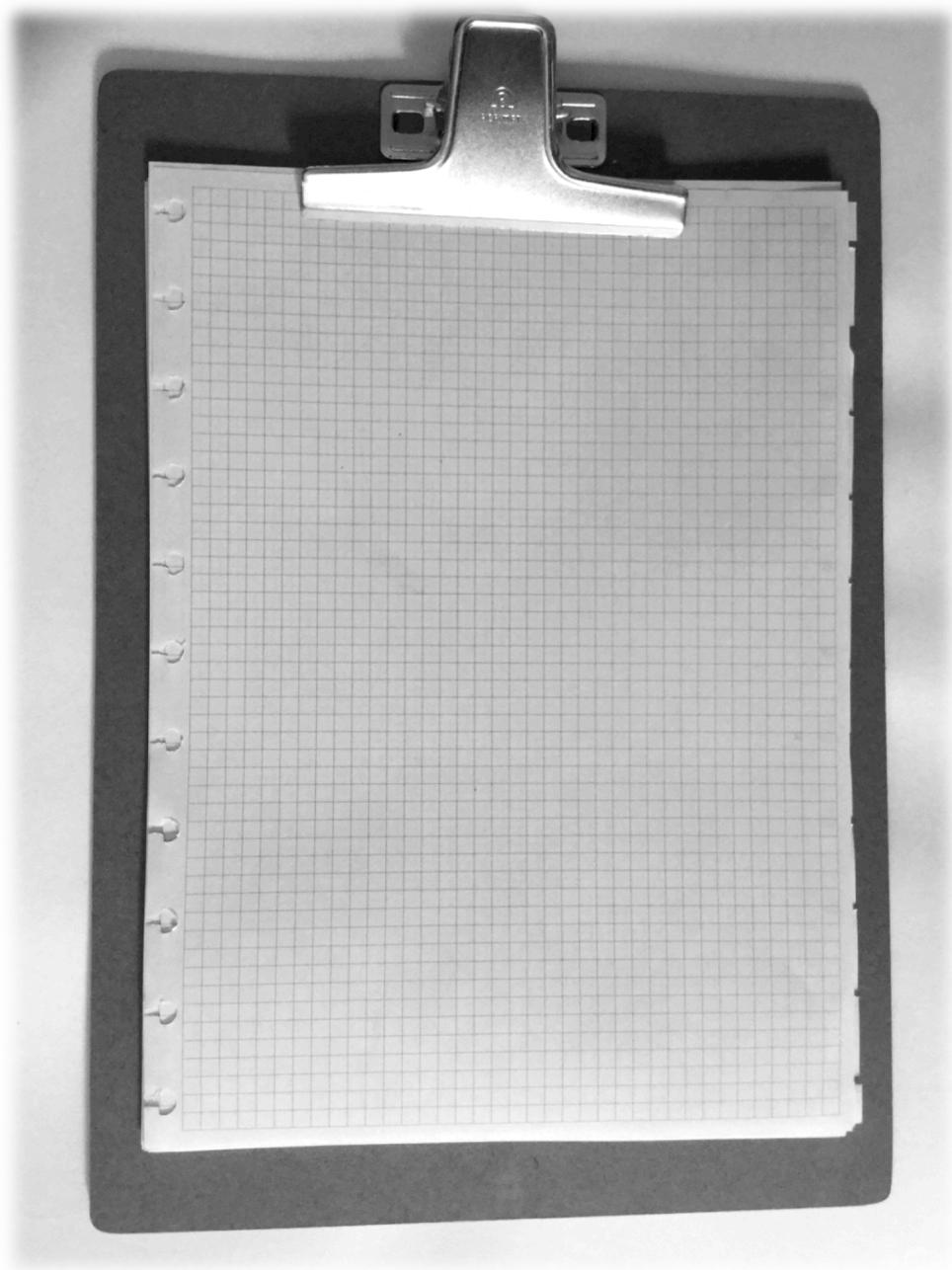
No grupo de *Conversas com os trabalhadores*, *alguém e seu colega* propunham uma escrita que seria uma forma de memória concreta dos encontros. O material escrito pelo grupo de usuários da APITME naquele encontro poderia ser enviado para o ministério que financia e fiscaliza a execução do trabalho realizado pela agência, como parte de um documento que explicita as questões dos trabalhadores, elaboradas pelos próprios usuários do serviço. No entanto, *alguém* se perguntava como apresentar esta escrita em um relatório. Talvez o grupo reunido em um dos encontros pudesse encaminhar esta questão.

Para os gestores da agência, a proposta desta escrita do grupo foi aceita, mas com descrédito, pois, segundo disseram, as pessoas não seriam capazes de realizá-la.

Talvez os trabalhadores não pudessem escrever um texto com todas as ideias levantadas e discutidas nos encontros, mas poderiam escolher algo para escrever.

A questão era, por que desistir antes de tentar?

*Alguém e seu colega* consideraram importante manter a proposta da escrita, pois faziam uma aposta no processo de composição do grupo em função desta escrita coletiva. Além disso, imersos no mar de procedimentos burocráticos, lhes parecia ser este o meio para que se fizesse chegar nos governantes as reivindicações e propostas dos trabalhadores, sem precisar de representantes, de intérpretes, sem antes “tratar” o que surgiria nos encontros para se tornar um punhado de dados tabuláveis.



## DES-ESPERAR

Depois da discussão de planejamento com a administradora e os coordenadores da APITME, *alguém e seu colega* iniciaram a atividade *Conversas com os trabalhadores*. Como era previsível, contaram com a ampla divulgação das datas dos encontros através de panfletos, cartazes e publicações nas redes sociais.

No entanto, no salão de espera da APITME, quando convidaram as pessoas para conversar sobre o trabalho, elas não se mexeram. Olharam desconfiadas e recusaram ao convite.

*Alguém* insistiu, com argumentos sobre a importância de saber qual a visão dos trabalhadores sobre o mercado, aquele serviço, as políticas públicas voltadas para o trabalho e emprego na atualidade.

Um trabalhador perguntou: “*Vai mudar alguma coisa?*”

Nós estamos longe da representação (“motivante”) que as políticas de emprego dão delas mesmo, pois é o instrumento disciplinar da punição, da obediência, da obrigação, da subordinação, da culpa que é o mais frequentemente mobilizado, reatualizado e reutilizado nas políticas do *workfare* (a obrigação ao emprego). (LAZZARATO, 2011, p.45)

Propondo-se a acompanhar os novos mecanismos de poder vigentes no contexto neoliberal, Lazzarato (2011) entende o caráter descontínuo e precário do trabalho como uma tendência crescente no capitalismo atual. O livro *O Governo das desigualdades* traz a experiência dos chamados “intermitentes” na França - trabalhadores do setor de espetáculos, entre 2003 e 2007, para servir de *analizador* da mudança de paradigma do capitalismo que estamos vivendo. Inspirado nos seminários de Foucault sobre a governamentalidade, Lazzarato (2011, p.10-1) dirá que as condições que não permitem mais com que “uma multiplicidade em movimento”, uma “população flutuante”<sup>3</sup>, possa ser controlada por dispositivos disciplinares, são as mesmas que vão subsidiar um mercado de trabalho flexível e precarizado.

---

<sup>3</sup>Termos utilizados por Foucault no livro *Segurança, Território e População* para referir-se às “sociedades de segurança”. FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008 (Coleção tópicos)

O governo dos comportamentos e a produção de assujeitamento não podem se exercer no espaço fechado das instituições disciplinares: eles devem sê-lo no espaço aberto da mobilidade, por uma modulação da precariedade e da insegurança. (LAZZARATO, 2011 p.11).

As políticas do emprego estariam a serviço de estabelecer essa nova governamentalidade, regulada fora dos muros da empresa pelo viés de uma política social que favorece a proliferação e a modulação das desigualdades.

Não por acaso os trabalhadores que buscavam a APITME trataram *alguém e seu colega* com cautela e até com suspeita. O lugar de técnicos de um órgão estatal não é neutro nem pode ser compreendido como uma posição inocente, sob pena de deixar de lado as relações que as pessoas desenvolvem com o trabalho.

Existia uma expectativa dos coordenadores quanto à influência que os técnicos teriam sobre o grupo. Na reunião de apresentação e discussão do projeto para a intervenção na APITME, afirmou-se a recusa de ocupar o lugar de quem iria dizer aos trabalhadores como melhor vestir-se e comportar-se em uma entrevista de emprego, mas isso não retirava completamente a possibilidade de assumir um lugar que trabalha para o abastecimento de mão-de-obra para o mercado.

Abrir um espaço de conversa e escuta para os desempregados foi compreendido pela gestão como uma técnica que trabalha na transformação do indivíduo excluído, o desempregado, em capital humano. Isso confirma a crítica que Lazzarato (2011) também tem feito, no sentido das técnicas que o capitalismo utiliza na mobilização do indivíduo, suas competências, sua subjetividade, para adaptá-lo à oferta de emprego.

Daquilo que se planejou como encaminhamento para os encontros com os trabalhadores, nada saiu como era esperado. Os primeiros dias da semana eram os que apresentavam maior movimento de pessoas na APITME, mas as salas estavam ocupadas com os profissionais que faziam recrutamento e seleção para vagas de empresas. *Alguém* fora informado que, além do atendimento que a agência fazia aos usuários, havia atendimentos realizados pelas empresas privadas. Era a velha e boa fórmula, tão cara aos governos neoliberais, a da parceria público-privado. O Estado ofertava toda a estrutura da agência e o público desempregado, enquanto o setor privado se encarregava de escolher os candidatos que melhor se ajustavam nas suas vagas.

# A SE RVI ÇO DE Q UEM ?

*Alguém* começava a perceber em que tipo de engrenagem institucional estava. Então aquelas perguntas que o tornavam curioso em relação à agência e aos motivos que levavam tantas pessoas desempregadas a buscar a intermediação do Estado, retornavam de outro modo.

Com um mercado de trabalho livre, muitas das pessoas que usavam o serviço de intermediação de trabalhadores para conseguir um emprego eram aquelas que estavam mais afastadas dos modos de produção vigentes neste mercado. A existência da APITME seria mais um dos equipamentos que teriam um papel de resolver para a sociedade aquilo que ela mesma, com suas normas, instituiu como um fracasso de adaptação.

[...] a partir do momento em que certos disfuncionamentos de uma sociedade não são mais regulados de uma maneira relativamente informal no tecido dessa sociedade que podemos falar de uma “problematização” do social. As relações sociais informais não são mais suficientes para resolver tais disfuncionamentos. Assistimos então à criação de alguns equipamentos institucionais e, por conseguinte, de um corpo profissional especializado que passará a se ocupar de tais disfuncionamentos. (NEVES, 2004, p.14)

O papel do Estado neste processo é estratégico. Para Lazzarato (2011), diferente do liberalismo clássico, as trocas não interessam tanto ao neoliberalismo como a introdução da concorrência como um princípio de mercado, concorrência entre as empresas e entre os trabalhadores. Enquanto as trocas levariam à igualdade, a concorrência leva à desigualdade. Contrariamente ao que a opinião generalizada acredita e divulga, o mercado e a concorrência neoliberais não são mecanismos naturais, mas o resultado de uma construção que requer uma multiplicidade de intervenções, notadamente estatais, para existir e funcionar.

Para poder *laissez faire*, é preciso intervir muito, e intervir, ao mesmo tempo, sobre as condições econômicas e sobre as condições não diretamente econômicas do funcionamento do mercado e da concorrência. É preciso intervir não *sobre* o mercado, mas *para* o mercado.

Intervir para que os “frágeis mecanismos” da concorrência possam funcionar significa arrumar as condições, notadamente sociais, de seu funcionamento. O governo neoliberal deve agir sobre a própria sociedade na sua trama e na sua espessura levando em conta os, e até mesmo se responsabilizando pelos, processos sociais para dar lugar, no interior desses processos, a um mecanismo de mercado. (LAZZARATO, 2011, p.18-9)

Lazzarato lança um olhar sobre a necessidade de intervenção estatal sobre o social. No lugar de uma retirada do Estado, como uma estratégia desejada pelo sistema econômico, o que esse mercado espera é a constante produção de mecanismos para governar e controlar a modulação da desigualdade.

# NAS CONVERSAS COM OS TRABALHADORES

Depois de muita insistência, em um dos encontros, o tom predominante da *Conversa* foi o de reivindicação. Um trabalhador perguntou para o grupo por que, em uma entrevista de seleção, ele precisava dizer o motivo da saída do último emprego, mas não podia perguntar para o patrão as razões que o levaram a demitir. No mundo do trabalho, ainda valia a máxima: “*manda quem pode, obedece quem precisa*”. Um dos trabalhadores reiterou: “*deveria ser feito um livro de exploração*”.

Quem escreveria esse livro? Um autor, um coletivo, um representante? Sem resposta naquele momento, a pergunta reverbera na pesquisa.

Que ponto de vista escreveria esta história?

O que se escreveria neste livro? Não se sabe, pois ele não foi escrito.

O que se pode saber é que, da perspectiva destes trabalhadores que *alguém* escutava, quando a pessoa vai em busca de um emprego, fica em uma situação de vulnerabilidade, à mercê da empatia daquele que escolhe o funcionário, ou seja, do patrão.

A proposta de registrar as *Conversas* entre os trabalhadores na forma escrita foi acolhida em apenas um encontro. Nos demais, foi sugerido que os técnicos fizessem as anotações e enviassem ao ministério. Um dos participantes disse que gostaria que o relatório/registo/escrito fosse enviado pelo correio às empresas e aos patrões do comércio, mas não o escreveu.

*Alguém* pôde, então, questionar se a escrita era importante para o grupo. Os trabalhadores apontavam que essa escrita talvez tivesse um sentido para os técnicos, que precisavam responder a um ministério, mas parecia inútil para aqueles que se encontravam na situação de busca por um emprego. Mais importante do que escrever a senhores remotos e invisíveis, esses trabalhadores se colocavam a pensar sobre a sua condição, a compartilhar na forma de relato, parte do caminho que os levava até ali. A conversa propiciava que as questões destes trabalhadores ganhassem corpo e repercutissem em um coletivo.

A ideia de escrever com os trabalhadores um registro das conversas foi abandonada, não porque eles não teriam condições, mas porque mostraram outros interesses.

A sala que havia sido ofertada para as *Conversas*, que poderia acolher cerca de vinte pessoas, estava disponível nas quintas-feiras, dia em que não havia muitos usuários na agência. Como a atividade era para aqueles que esperavam por atendimento, o convite parecia sem sentido, pois eles seriam atendidos em breve. O espaço é aberto, mas, desta forma, se inviabiliza que ele aconteça de fato. *Quando alguém e seu colega* conseguiam conquistar a confiança de três ou quatro trabalhadores que os acompanhavam, a conversa se desmanchava em pouco tempo, à medida que eram chamados.

Ainda assim, muitas vezes, foi possível escutar como os trabalhadores percebem a sua situação. Em uma destas *Conversas*, um trabalhador levantou da cadeira para encenar a imagem que ele via com frequência no jornal televisivo. Tratava-se de uma apresentadora que, pelo que imaginava esse trabalhador, recebia um salário de seis mil reais, e anunciava oportunidades de emprego na APITME com salários de seiscentos reais. A encenação tinha um tom irônico e o trabalhador falava que se sentia “desmoralizado”. *“O que é que se faz hoje em dia com seiscentos reais? O aluguel de um quarto custa quase quinhentos.”*

As pessoas falavam de sua situação de explorados, enganados, mão de obra barata. Por mais que se trabalhe, servente. Abandono. Atraso na assinatura da carteira, o que repercute no período de férias, no recebimento do décimo terceiro salário e outros direitos. Depois que se assina a carteira, surgem várias funções extras. As explorações acontecem o tempo todo.

*Alguém e seu colega* tentavam remeter as questões que os trabalhadores traziam para o coletivo, e elas ganhavam uma amplitude ainda maior. Uma vez, um dos participantes, irritado com a falta de solução imediata para os problemas levantados, disse a *alguém*: *“Pensei que o senhor ia dar uma novidade boa para nós. Tem que ser ator de cinema, bonito e rico para ter um emprego.”* E a conversa seguiu com a fala de outro trabalhador: *“Se tu tem curso, não basta, aí precisa experiência. É impossível. Tem muita corrupção.”* É quando uma senhora negra pega o gancho: *“Outro tem qualificação, mas o mercado não abre este leque. Não fica claro o que se quer do funcionário. As empresas querem mão de obra barata. A gente se qualifica e não consegue trabalhar naquilo que se tem qualificação. Tem que ficar doente para se aposentar.”*

*Alguém* saía atordoado com o que escutava. Junto com o *seu colega*, chamaram uma reunião com os gestores da APITME para saber mais sobre as vagas

que estavam disponíveis para os usuários. A descrição dos “parceiros” que tinham vagas na APITME tinha ressonância com o que *alguém e seu colega* escutavam nas *Conversas com os trabalhadores*. No contexto deste serviço, o dito mercado de emprego é o que se negocia entre o estado e as empresas, um mercado de gente, de mão de obra, no qual quem dita o valor e faz as regras é a empresa.

Fez-se notar a escassa participação dos usuários nas quintas-feiras e, como uma estratégia para divulgar a atividade, *alguém e seu colega* pediram um encontro com os atendentes, aqueles funcionários da empresa terceirizada que fizeram greve, para explicar a proposta e pedir apoio na divulgação. Nunca aconteceu.

No lugar da estratégia proposta por *alguém e seu colega*, a gerência passou a conseguir público. Foi organizado um encontro com os beneficiários de um programa social que tem como objetivo tirar os veículos de tração animal e humana das ruas. Para isso, o programa busca opções de trabalho no mercado formal para as pessoas que vivem daquilo que catam pela cidade.

Neste encontro, houve uma apresentação da gestora política da APITME, que ofereceu um atendimento especial aos que estavam ali presentes depois da conversa com o psicólogo e o administrador. Ainda, um funcionário da APITME recém contratado, que *alguém e seu colega* não conheciam, permaneceu no encontro, interferindo com mensagens de esperança e motivação.

Nada mais contraditório com a situação que se instalava ali, ao mesmo tempo, nada mais alinhado com o modo como funciona o capitalismo, por entre mensagens que se excluem mutuamente.

Buscando referências para pensar os modos de trabalho contemporâneos, *alguém* se deparou com teorias sobre o trabalho imaterial, em que está em jogo a cooperação criativa entre os trabalhadores em prol de uma invenção que fica sob o domínio de uma empresa. Percebe, então, que essa forma de trabalho coexiste com outras formas precarizadas, que ainda funcionam nos moldes do trabalho proletário. Os trabalhadores que *alguém e seu colega* escutavam se encontravam excluídos desta nova forma de trabalhar, pois lhes falta o acesso a esses processos de subjetivação que dizem respeito ao conhecimento, ao trabalho imaterial, o que lhes daria um status de cidadão contemporâneo.

A escuta destes trabalhadores trouxe uma sensação de estar em outro tempo, um anacronismo, onde aparecem questões que talvez o velho Marx escutasse. A ideia de escrever um livro de exploração surgiu destes trabalhadores,

mas quem poderia escrevê-lo, os trabalhadores que são explorados, não têm poder de discurso nesta sociedade.

O funcionário público dizia para cada um ter fé e acreditar em seu potencial. Um programa de governo impunha um desvio radical no modo de produzir e de viver destas pessoas. Elas estavam cheias de dúvidas, tentando acreditar em alguma coisa, mas muito desconfiadas desta proposta de futuro em que a alternativa legal para a sua situação era entrar na disputa por uma vaga no mercado de trabalho formal, ter um patrão, ter horário para cumprir, fazer carteira de trabalho, pagar a previdência.

Apesar do infiltrado, neste encontro puderam discutir se, ao entrar em um novo trabalho, valia a pena dizer, ou não, que trabalhou na reciclagem. Falaram sobre o racismo que vem de todos os lados, por ser pobre, preto, por trabalhar com o lixo. Falaram também da máfia das cooperativas que estão ganhando para fazer a coleta e se apropriando de toda a riqueza, pois, segundo disseram, há muitas surpresas no lixo.



# S I N A I S D E E S G O T A M E N T O

*Alguém* gostava cada vez mais de estar nas *Conversas com os trabalhadores*. Era angustiante, violento até, mas estava vivo. No entanto, sentia que a intervenção ficava cada vez mais cercada. Além da tentativa de manter um funcionário religioso e otimista nos encontros, o que se conseguiu driblar, a sala dos encontros passou a ser ao lado da sala de uma das gerentes. A cada encontro se tinha menos espaço e mais controle.

O projeto *Conversas com os trabalhadores*, que inicialmente foi acolhido pelos coordenadores da APITME com entusiasmo e contava com uma sala e até com a disponibilidade de café, logo se transformou em uma espécie de estorvo para o serviço. Transferir as *conversas com os trabalhadores* para quinta foi um jeito de esvaziar o trabalho proposto, de fazê-lo fracassar. Não interessava que as pessoas pudessem falar e se escutar, que saíssem da calma.

A sala destinada para a atividade passou a estar ocupada com selecionadores de recursos humanos para empresas. O projeto, que já não tinha mais um local certo para acontecer, que contava com a participação escassa de usuários, continuava incomodando. Era preciso institucionalizar a conversa. Os coordenadores pediram a inclusão de listas de presença e número de documentos de cada usuário que participou dos encontros, bem como o registro escrito do grupo, com a finalidade de burlar a meta exigida para o indicador de pré-seleção.

Estas *Conversas* não se encaixavam em nenhuma categoria exigida pelo ministério, e quando se teve a certeza de que a atividade não seria aceita como ação para atingir a meta que estava defasada, houve uma mudança de postura por parte da coordenação em relação ao projeto. Era como se ele tivesse caído no esquecimento. De repente, ninguém mais lembrava de que a atividade iria acontecer naquela manhã, não se tinha mais tempo para o projeto.

A proposta das *Conversas* teve como objetivo criar uma forma de escutar os trabalhadores e não somente os burocratas. Foi necessário, no que tange à proposta de criar uma escrita coletiva que fosse um registro destas conversas, des- esperar - não esperar que algo pré-definido acontecesse, para que fosse possível escutar, não a idealização da atividade proposta, mas o processo em curso.

Seria possível pensar as *Conversas* como o que Pelbart (2013) chamou de um agenciamento que tende a conter o seu fora, fazendo parte, ao mesmo tempo, de seu próprio sistema.

[...] trata-se, sobretudo, de marcar aquilo que, de dentro, dá testemunho dessa exterioridade; trata-se de estabelecer um diagnóstico, um levantamento das forças que dão testemunho desse fora. (LAPOUJADE apud PELBART, 2013, p.42)

*Alguém* percebia a força de arrebatamento que essas conversas provocavam, não apenas em si mesmo, mas nos mecanismos de desmantelamento que a agência produzia para tentar neutralizar a turbulência própria do encontro com o fora. Mas o que seria esse fora? Segundo Pelbart (2013, p.61), a partir da leitura de Deleuze e Colson, o fora seria como um espaço onde uma potência se desdobra. No entanto, é mais uma função do que um espaço propriamente dito. Sob a figura da revolução, esse fora tem o poder de “transformar radicalmente os seres e de intensificar a potência de sua subjetividade.”

As condições para as *Conversas* estavam mudando, e *alguém* percebia que, a cada encontro, as histórias se repetiam. Era tempo de se retirar. Não havia mais função para o testemunho ali.

Como se o esgotamento do possível (dado de antemão) fosse a condição para alcançar outra modalidade de possível (o ainda não dado) – em outros termos, não a realização de um possível previamente dado, mas a criação *necessária* de um possível sob um fundo de impossibilidade. (PELBART, 2013, p.45)

Era preciso escutar os sinais de esgotamento do possível para a realização destas *Conversas*.

# O M O V I M E N T O

O que moveu *alguém* a escrever narrativas acerca de seu cotidiano de trabalho foi a transformação exigida pelo vazio que se propôs a sustentar. Com o progressivo desmonte das *Conversas*, o vazio só poderia estar vivo a partir do lembrado. Para habitar o acontecimento, o vazio precisava habitar o universo da lembrança. Era preciso fazer o vazio sobreviver e não ficar na APITME, insistindo no preenchimento desse vazio com tarefas e esperanças.

Narrar permitiu a *alguém* habitar um tempo que não é o de uma história consolidada. Também não é o de atingir o resultado da implantação de uma política pública. O tempo da narração pode abraçar as falhas, aquilo que ainda não está pronto. A narrativa permite contar histórias que criam realidade, que ajudam a construir percursos. O movimento da pesquisa é o de acompanhar um mundo se formando a partir da memória de *alguém*, e do trabalho do esquecimento na criação daquilo que se lembra.

Pois o acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois.  
(BENJAMIN, 1994, p.37)

Com a atitude de colocar-se em jogo no movimento de escrita das narrativas, buscou-se, através de *alguém*, acessar uma dimensão intensiva do cotidiano de trabalho e produzir interferências no modo de vivê-lo. Se, de acordo com Benjamin (1994), a narrativa é a condição da experiência, para Blanchot (2013), ela ganha o estatuto de acontecimento.

A narrativa não é o relato do acontecimento, mas o próprio acontecimento, o acesso a esse acontecimento, o lugar onde ele é chamado para acontecer, acontecimento ainda por vir e cujo poder de atração permite que a narrativa possa esperar, também ela, realizar-se.  
(BLANCHOT, 2013, p.8)

A própria narrativa, e tudo o que ela coloca em jogo, não tem um começo, é, ela mesma, uma passagem.

Narrar o cotidiano de trabalho foi a maneira que se encontrou para estranhar o que, com o passar do tempo, corria o risco de desaparecer, de ser preenchido com propagandas luminosas de grandes feitos, de pomposas estatísticas. Para Blanchot (2007) o cotidiano carrega a contradição de ser o inacessível ao qual nós sempre já tivemos acesso.

Quaisquer que sejam seus aspectos, o cotidiano tem esse traço essencial: não se deixa apanhar. Ele escapa. Ele pertence à insignificância, e o insignificante é sempre sem verdade, sem realidade, sem segredo, mas é talvez também o lugar de toda significação possível. [...] É o despercebido, em primeiro lugar no sentido de que o olhar sempre o ultrapassou e não pode tampouco introduzi-lo num conjunto ou fazer-lhe a 'revista', isto é, fechá-lo numa visão panorâmica; pois, por um outro traço, o cotidiano é aquilo que não vemos nunca uma primeira vez, mas só podemos rever, tendo sempre já o visto por uma ilusão que é precisamente constitutiva do cotidiano. (BLANCHOT, 2007, 237).

Estes fragmentos de cenas, em que se tentou apresentar a atmosfera opaca de um cotidiano de trabalho em que o vazio se transformava, teve como pretensão fazer existir as entrelinhas de um texto que ficaria banalizado se a pesquisa não existisse. Buscou-se criar a possibilidade de transfigurar o vazio sentido como falta em uma experiência, em um espaço de trocas. Para isso, a escrita é o único lugar onde a vivência do vazio no cotidiano se torna uma experiência.

# O NDE A PESQUISA A CONTINUA

A escrita foi, simultaneamente, o campo experiencial onde a pesquisa se desenvolveu e o método pelo qual foi possível acessar a experiência de campo.

Diferente da função de registro, com a finalidade de comprovar ou descartar hipóteses previamente definidas, a escrita foi tomada, a partir da leitura de Foucault, como um princípio de ação.

Para Foucault (2014, p.11-2), a escrita está entre os exercícios voltados para o que identificou, na cultura helenística e romana, como um modo de existir em que o ocupar-se de si, o cuidado de si era um princípio de conduta. O cuidado de si deve ser compreendido como “uma atitude – para consigo, para com os outros, para com o mundo.”. Além disso, é também uma forma de atenção, de olhar: “O cuidado de si implica uma certa maneira de estar atento ao que se pensa e ao que se passa no pensamento.”. Ainda, e aqui a escrita comparece, o cuidado de si designa “algumas ações, ações que são exercidas de si para consigo, ações pelas quais nos assumimos, nos modificamos, nos purificamos, nos transformamos e nos transfiguramos.”.

Propor como estratégia metodológica a escrita de narrativas a partir da aproximação do que Foucault chamou de *escrita de si*, que é um exercício com vistas à transformação da verdade em *ethos*, tem o objetivo de produzir mudanças nas ações. A escrita não é o território onde a pesquisa acaba, mas o meio pelo qual se produziram outros efeitos de realidade no cotidiano de trabalho.

No texto intitulado “A escrita de si”, Foucault (2014, p.149) diz que o papel da escrita é, segundo a metáfora da digestão, constituir um corpo, “o próprio corpo daquele que, transcrevendo suas leituras, delas se apropriou e fez sua verdade delas: a escrita transforma a coisa vista e ouvida ‘em forças e em sangue’”. Seguindo esta pista, *alguém* tomou o escrever como gesto que cria um corpo.

Através da escrita, em formação no processo da pesquisa, um corpo vai surgindo, com a forma da dissertação, marcado pela experiência produzida no escrever. A escrita tem a função de dar corpo ao que se passou neste percurso. Escrita, experiência e corpo engendrando-se mutuamente. É este corpo em transformação que foi enfrentar um dia após o outro de trabalho, que buscou construir sustentação para uma prática que tentava ganhar prumo.

Através dos personagens, a tentativa de narrar cenas do cotidiano colocava em movimento a ação transformadora da escrita na prática de trabalho, favorecendo a invenção de outros modos de relação. A escrita, por algum tempo, sustentou um lugar de borda, de quem não vai embora e também não fica dentro, não se adapta. Era preciso cuidar de si para cuidar do outro.



# A I NDA

Propor a escrita de narrativas do cotidiano de trabalho como campo experiencial onde esta pesquisa se desenvolveu teve uma dupla função: a de pôr em curso a ação de metamorfose no lugar do psicólogo, a partir da trajetória de *alguém*, e a de produzir conhecimento a partir da escrita de uma experiência singular, relativa a um percurso coletivo, sem a pretensão de tornar-se uma verdade universal.

Tais funções dizem respeito ao lugar/posicionamento do psicólogo em um órgão público e à produção de conhecimento no contexto da academia. Diferente dos procedimentos científicos de coleta e análise de dados, em que o pesquisador supõe conquistar uma posição neutra em relação à pesquisa, a narrativa tem como ponto de partida o atributo ficcional. Não é preciso saber em que região exatamente se passa *O castelo* para acompanhar a história contada por Kafka. Assim como se faz desnecessário checar a verossimilhança dos fatos e das características ali apresentadas para validar tal experiência. Aliás, esse lugar, enquanto realidade existente, pronta para ser descoberta e representada, não existe. Assim como o percurso de K. na aldeia, a trajetória de *alguém* por entre estas salas de repartição não teria existência sem a narrativa escrita destas pequenas histórias que dão testemunho do vazio que *alguém* sentia.

Durante a pesquisa, *alguém* procurou desviar dos holofotes e colocar-se em busca de material com que pudesse fazer existir o que não cabia na propaganda. Pequenas histórias tecidas de restos, de sensações imprecisas, daquilo que se lembra do que escutou dos trabalhadores. Pequenas histórias contadas a partir do testemunho de *alguém*. Talvez contabilizem algumas páginas no tal livro de exploração que deveria ser escrito, mas não foi.

Esse narrador sucateiro (o historiador também é um *Lumpen-sammler*) não tem por alvo recolher os grandes feitos. Deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer. O que são esses elementos de sobra do discurso histórico? [...] o anônimo, aquilo que não deixa nenhum rastro, aquilo que foi tão bem apagado que mesmo a memória de sua existência não subsiste – aqueles que desapareceram tão por

completo que ninguém lembra de seus nomes. Ou ainda: o narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda. Essa tarefa paradoxal consiste, então, na transmissão do inenarrável. (GAGNEBIN, 2016, p.54)

Uma dissertação escrita por entre vazios, que se propôs a construir esta atmosfera e sustentar a possibilidade de pensar o vazio como uma dimensão do trabalho. Não um vazio essencial. Vazio que ganha nuances, funções diferentes, e que transforma *alguém* na passagem.

# S A ÍDA

*Alguém* não sabe se escolheu sair ou se foi cuspido pra fora. Saiu para sobreviver.

O movimento acontece sempre nas costas do pensador, ou no momento em que ele pisca. Já se saiu, ou então nunca sairá. As questões são, em geral, voltadas para um futuro (ou um passado). O futuro das mulheres, o futuro da revolução, o futuro da filosofia, etc. Mas durante esse tempo, enquanto se gira em torno das questões, há devires que operam em silêncio, que são quase imperceptíveis. Pensa-se demais em termos de história, pessoal ou universal. Os devires são geografias, são orientações, direções, entradas e saídas. (DELEUZE, 1998, p.2)

Avesso aos holofotes, *alguém* percebia seu fazer como um trabalho subterrâneo, incessante, na semiescuridão, procurando não ser notado.

Chegou o momento em que *alguém* não conseguia mais respirar o fora. As aberturas estavam se fechando e ainda valia aquele emblemático FAVOR MANTER A PORTA FECHADA, que continuava colado na face da porta voltada para o interior da repartição. Foi então que precisou resgatar a sensação de movimento, de ventilação. Lembrou daquela tentativa de projeto com os estagiários de psicologia, que se desenvolveu a partir de uma parceria com um serviço de saúde mental voltado para ações de trabalho. *Alguém* se ofereceu para trabalhar com a equipe deste serviço. E foi aceito.

Não encontrava a saída porque só poderia encontrá-la, saindo. Por dentro da repartição, na escuridão empoeirada, *alguém* lutava com todas as suas forças, tentando vibrar uma luz de vaga-lume.

Ora, a própria experiência da guerra nos ensina – no que ela terá encontrado as condições, por mais frágeis que sejam, de sua narração e de sua transmissão – que o pessimismo foi, às vezes, “organizado” até produzir, em seu próprio exercício, o lampejo e a esperança intermitentes dos vaga-lumes. Lampejo para fazer livremente aparecerem palavras quando as palavras parecem prisioneiras de uma situação sem saída. (HUBERMAN, 2011, p.130)

Uma sobrevivência *apesar de tudo*.

Escrever foi a maneira de fazer existir o que passou neste percurso, sob pena de *alguém* ser lembrado simplesmente como um servidor desadaptado. Ao mesmo tempo, escrever fazia uma passagem.



## R E F E R Ê N C I A S

BARROS, Maria Elizabeth Barros de, PIMENTEL, Ellen Horato do Carmo. *Políticas Públicas e a construção do comum: interrogando práticas PSI*. In: Polis e Psique, vol.2. n 2, 2012, p.3-22 .

BENJAMIN, Walter. *A imagem de Proust*. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 36-49.

BENJAMIN, Walter. *O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BLANCHOT, Maurice. *A fala cotidiana*. In: A conversa Infinita: a experiência limite, vol.2. São Paulo: Escuta, 2007.

BLANCHOT, Maurice. *O encontro do imaginário*. In: O livro por vir. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

BLANCHOT, Maurice. *Falar, não é ver*. In: A conversa Infinita: a palavra plural, vol.1. São Paulo: Escuta, 2010.

BLOCH, Ernest. *O Princípio Esperança*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Contraponto. 2005.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. *Kafka: por uma literatura menor*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

DELEUZE, Gilles, PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

FARINA, Juliane Tagliari, GARAVELO, Leonardo Martins Costa, FONSECA, Tania. Mara Galli (Orgs). *Exercícios de uma literatura menor: um olhar atelial*. Porto Alegre: Museu da UFRGS, 2014.

FOUCAULT, Michel. *A escrita de si*, 1983. In: Ditos e Escritos, volume V: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p.141-157.

FOUCAULT, Michel. *Aula de 3 de março de 1982*. In: A Hermenêutica do Sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p. 317-331.

FOUCAULT, Michel. *Os intelectuais e o poder*. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Sobre a História da Sexualidade*. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Entre a vida e a morte*. In: *Limiares e passagens em Walter Benjamin*. OTTE, Georg, SEDLMAYER, Sabrina, CORNELSEN, Elcio (Orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 12-26.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Ed. 34. 2006.

GIL, José. *Movimento Total: o corpo e a dança*. Lisboa: Iluminuras, 2005.

KAFKA, Franz. *O castelo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KASTRUP, Virgínia, PASSOS, Eduardo. *Cartografar é traçar um plano comum*. In: *Fractal: Revista de Psicologia*, vol.25 n.2, 2013, p. 263-280.

LAPOUJADE, David. *Deleuze: os movimentos aberrantes*. São Paulo: N-1 Edições, 2015.

LARROSA, Jorge. *A operação ensaio: sobre o ensaiar e os ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida*. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 29, n. 1, jan./jun, 2004, p. 27-43.

LAZZARATO, Maurizio. *O governo das desigualdades: crítica da insegurança social*. São Carlos: Edufscar, 2011.

LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEÃO, Luís Henrique da Costa. *Psicologia do Trabalho: aspectos históricos, abordagens e desafios atuais*. In: *ECOS Estudos Contemporâneos da Subjetividade*; vol 2 n.2, 2012, p.291-305.

NEVES, Rosane. *Notas para uma genealogia da Psicologia Social*. In: *Psicologia & Sociedade*; vol16 n.2, maio/ago 2004, p.12-19.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *O valor do trabalho*. In: *Humano, Demasiado Humano: um livro para espíritos livres*, vol. II. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PALOMBINI, Analice de Lima, BARBOZA, Rita Pereira, FICK, Tanise Kettermann, BINKOWSKI, Gabriel. *Cuidando do cuidador: da demanda de escuta a uma escrita de si*. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v.13, n.2, junho de 2010, p. 253-264.

PELBART, Peter Pal. *O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento = Cartography of exhaustion: nihilism inside out*. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

PRECIOSA, Rosane. Rumores Discretos da Subjetividade: sujeito e escritura em processo. Porto Alegre: Sulina: Editora da UFRGS, 2010.

ROLNIK, Suely. *Clínica nômade*. In: Equipe de AT no hospital-dia "A CASA". Crise e cidade: acompanhamento terapêutico. São Paulo: EDUC. 1997.

\*Capa, design gráfico e anotações fotográficas de Ana Flávia Baldisserotto, em colaboração com a autora.

\*\*O tratamento dos títulos tomou como referência a publicação *Short Movies* de Gonçalo M. Tavares (Porto Alegre: Dublinense, 2015).

\*\*\*Endereço do vídeo que acompanha a dissertação *Vazios do Trabalho*:  
[https://www.youtube.com/watch?v=Vm\\_Cj\\_7fWSs&t=6s](https://www.youtube.com/watch?v=Vm_Cj_7fWSs&t=6s)